

Quem disse ?

«O Chile que tenho em mim é o dos versos de Neruda»

Isabel Allende
Diário de Notícias
27 de Abril



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guterres lança e coordena

Programa Integrado de Apoio à Inovação

O Governo socialista dá luz verde, hoje, ao Programa de Apoio Integrado à Inovação.

Trata-se de um pacote de medidas já anunciadas por António Guterres no último debate parlamentar e cuja execução será por si coordenada.

A iniciativa tem como principal objectivo possibilitar uma recuperação rápida a Portugal em domínios como a competitividade e a produtividade.

Este programa, que será apresentado por Guterres, hoje, durante uma cerimónia no Pólo Tecnológico do Lumiar, destina-se, entre outros aspectos, a «afinar as prioridades dos programas operacionais em curso nas áreas da economia, ciência e tecnologia, educação, formação profissional e ao nível do próprio Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central».

Entre os objectivos deste programa estão ainda «a promoção da iniciativa em inovação empresarial, o reforço da qualificação e formação da população portuguesa, o impulso e enquadramento geral favorável à inovação, a dinamização do sistema de inovação no País e o reforço da colaboração entre empresas, centros tecnológicos, universidades, instituições de formação e de investigação».

Ontem, Guterres anunciou as 25 acções concretas para executar todos estes objectivos, sendo uma das mais importantes a ideia de facilitar a entrada de pequenas e médias empresas na economia digital.

Entre as 25 acções conta-se também o apoio à criação de empresas de base tecnológica junto a parques industriais e universidades e a «intensificação da formação de quadros superiores e de técnicos intermédios em áreas que se encontrem em défice em termos de recursos humanos».

Na sessão solene evocativa dos 27 anos do 25 de Abril

Sampaio defende preservação da Lei Fundamental



A Assembleia da República celebrou no passado dia 25 mais um aniversário da Revolução dos Cravos numa sessão que assinalou ainda as bodas de prata da entrada em vigor da Constituição de 1976.

Após a sessão solene comemorativa do 27º aniversário do 25 de Abril de 1974 no plenário, na qual Jorge Sampaio defendeu a preservação da Lei Fundamental, a alteração da lei do financiamento dos partidos e a reforma das Forças Armadas, realizou-se um almoço evocativo da Constituição de 1976 que juntou alguns dos membros da Assembleia Constituinte.

Política

Guterres apresenta Cinco propostas contra dificuldades



Cinco propostas estratégicas para solucionar as dificuldades da economia portuguesa e um programa de apoio integrado à inovação foi o desafio lançado, no dia 27, por António Guterres. Num discurso totalmente dedicado às questões económicas, António Guterres revelou, na Assembleia da República, que no próximo mês de Maio levará a discussão pública um programa de apoio à inovação, cujo objectivo é o de «dinamizar a sociedade portuguesa para a sua transformação estrutural», dando capacidade para garantir a sua competitividade no mundo global.



XII Congresso Nacional do Partido Socialista
4, 5 e 6 de Maio de 2001
Parque das Nações, Lisboa



Os mitos da Oposição

No debate parlamentar da semana passada, na Assembleia da República, sobre a situação económica do País, a oposição centrou o ataque ao Governo socialista, essencialmente, em três premissas: a primeira era de que Portugal estaria a viver em depressão económica; a segunda passa pela ideia de que a inflação se encontra descontrolada, em consequência da despesa pública; finalmente, a terceira assenta na tese de que o País se encontra em divergência real com a União Europeia.

Estas premissas, que António Guterres apelidou, e bem, de mitos, acabaram por se desfazer perante a sua brilhante intervenção provando-se, mais uma vez, que a oposição apenas sabe criticar mas, na hora de apresentar alternativas, cala-se.

Num recado destinado directamente às forças da oposição, o chefe do Executivo advertiu que «este não é o momento nem para depressões pessimistas, nem para optimismos sem fundamento».

Respondendo às críticas da oposição, o primeiro-ministro começou por lembrar que a última depressão económica ocorreu em 1993, precisamente num Governo do PSD.

Esclarecendo que se actualmente estivessemos a viver uma depressão económica isso significaria uma taxa de crescimento negativa, mas a realidade é que, no último ano, o Produto Interno Bruto de Portugal cresceu 3,3 por cento.

Desmascarado o primeiro mito, Guterres explicou que Portugal vive «um surto de inflação efectivo mas conjuntural». Segundo o primeiro-ministro este facto deve-se exclusivamente ao aumento dos preços petrolíferos e alimentares – «afectados estes pelo mau tempo e pelos surtos europeus de doenças animais».

Sem os produtos petrolíferos e alimentares «o valor médio da chamada inflação subjacente – o verdadeiro indicador dos eventuais desequilíbrios – foi apenas de 2,9 por cento em Março, em linha com o ano anterior».

Por fim, António Guterres referiu-se ao défice externo, acabando por desmistificar a tese de que Portugal se encontra em divergência real com a União Europeia, ao recordar que a diferença do crescimento, no último ano, foi apenas de 0,1 por cento (3,3 contra 3,4 por cento).

Relativamente ao défice externo, Guterres explicou ser uma consequência «natural do surto rápido de crescimento dos últimos anos e do aumento dos níveis de endividamento, resultantes da queda das taxas de juro». Invocando dados recentes do Banco de Portugal, o primeiro-ministro assinalou que o défice comercial do País terá sofrido uma redução na ordem dos 19,3 por cento em Janeiro último.

Salientando que o momento actual requer «acção determinada a quem enfrenta as realidades para as transformar, com uma estratégia clara de afirmação do interesse nacional», António Guterres apresentou cinco propostas estratégicas para solucionar as dificuldades da economia portuguesa e anunciou um programa de apoio integrado à inovação, cujo objectivo é o de «dinamizar a sociedade portuguesa para a sua transformação estrutural», dando capacidade para garantir a sua competitividade no mundo global.



LENA D'ÁGUA NO 1º DE MAIO DA UGT

O «Acção Socialista» de 5 de Maio de 1983 dava um grande destaque à festa do 1º de Maio da UGT, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, que foi abrilhantada com a actuação de Lena d'Água e a Banda Atlântica, Xutos e Pontapé e Herman José.

Do ponto de vista político-sindical, que é o que verdadeiramente interessa, o 1º de Maio comemorado pela UGT ficou marcado por uma intervenção de Torres Couto, na qual o líder da central da Buenos Aires defendeu um «contrato geral de solidariedade», ou seja, o fim da pulverização dos contratos colectivos e o estabelecimento de um contrato geral que envolva propostas nos sectores da saúde, da educação e da habitação.

Torres Couto foi ainda particularmente duro para com certos sectores do patronato, que acusou de fazerem «greve aos investimentos nas empresas e à democracia».

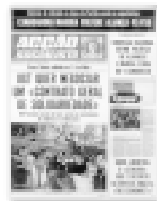
J. C. C. B.

5 de Maio

Quem disse?

«Os patrões em vez de investirem o dinheiro da nossa produção nas empresas, têm-se limitado a passá-lo para a Suíça ou para a Alemanha»

Torres Couto



Sampaio entregou Ordem da Liberdade à família de Lopes Cardoso

O Presidente da República portuguesa entregou no dia 25 de Abril à família do deputado constituinte Lopes Cardoso a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade com que o tinha distinguido, a título póstumo, a 10 de Junho de 2000.

A cerimónia íntima teve lugar na sala de visitas da Assembleia da República, após a cerimónia de apresentação de cumprimentos que encerrou a sessão solene comemorativa do 25 de Abril.

Lopes Cardoso, insigne socialista e resistente antifascista, um político que norteou sempre a sua actividade política pelos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, faleceu na véspera do Dia de Portugal que, no ano passado, se comemorou em Viseu.

O Chefe de Estado, de quem Lopes Cardoso era assessor político, tinha-lhe atribuído a Ordem da Liberdade pela sua defesa desse valor durante o Estado Novo



e pelo trabalho desenvolvido enquanto deputado, nomeadamente na vigência da Assembleia Constituinte.

Finanças regionais

Pina Moura pede mais rigor e contenção às Ilhas

O ministro das Finanças, Pina Moura, pediu na segunda-feira «rigor e contenção» nas despesas públicas aos dois governos regionais.

Pina Moura fez esta afirmação ao dar posse à comissão tripartida dos governos da República, dos Açores e da Madeira,

responsável pela elaboração da nova proposta de Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Pina Moura realçou, no entanto, que não está em causa a solidariedade devida às duas regiões no apoio ao seu desenvolvimento.

Intervenção ao nariz

Sampaio operado com êxito

A operação ao nariz a que o Presidente da República se submeteu no passado dia 27, demorou cerca de meia hora e correu como foi previsto pela equipa médica.

Jorge Sampaio foi operado no Hospital Egas Moniz cerca das 10 e 30 de sexta-feira, retomando à tarde a agenda de trabalho normal no Palácio de Belém, informou o assessor de Imprensa do chefe de Estado.

A operação destinou-se a fazer uma revisão

da cicatriz provocada pela intervenção cirúrgica realizada por Sampaio há sete anos, devido a um «problema de pele localizado», informou a mesma fonte.

A cicatriz tinha uma pequena elevação que vinha a incomodar Jorge Sampaio ao longo das últimas semanas.

«Tratou-se de uma cirurgia banal, feita com anestesia local e que permitiu a Jorge Sampaio deixar o hospital ao fim da manhã», acrescentou o assessor.

Timor-Leste

Líder Aitarak condenado

O líder da milícia Aitarak, Eurico Guterres, foi condenado, no dia 30, a seis meses de cadeia por ter incitado os seus homens a combater contra efectivos de segurança indonésios durante um incidente em Timor Ocidental, em Setembro do ano passado. «Foi legalmente provado que Eurico Guterres tinha incitado os seus apoiantes, como tinha declarado a acusação», confirmou o juiz Subardi, do tribunal de Jacarta Central, onde o caso estava a ser

ouvido.

Os advogados de defesa de Eurico Guterres explicaram aos jornalistas que os quatro meses que o líder da milícia Aitarak passou na cadeia serão retirados à pena total, cabendo-lhe assim cumprir apenas dois meses.

Reagindo à saída do tribunal, Eurico Guterres afirmou «não aceitar o veredicto», afirmando que tenciona iniciar imediatamente um processo de apelo.

SAMPAIO DEFENDE PRESERVAÇÃO DA LEI FUNDAMENTAL

A Assembleia da República celebrou no passado dia 25 mais um aniversário da Revolução dos Cravos numa sessão que assinalou ainda as bodas de prata da entrada em vigor da Constituição de 1976. Após a sessão solene comemorativa do 27º aniversário do 25 de Abril de 1974 no plenário, na qual Jorge Sampaio defendeu a preservação da Lei Fundamental, a alteração da lei do financiamento dos partidos e a reforma das Forças Armadas, realizou-se um almoço evocativo da Constituição de 1976 que juntou alguns dos membros da Assembleia Constituinte.

O Presidente da República sustentou, no seu discurso, que a Constituição «só ganhará se for preservada de alterações supérfluas que possam ser substituídas, com vantagem, pela intervenção legítima do legislador ordinário».

A evocação dos 25 anos da entrada em vigor da Constituição «é, por si só, celebrar a afirmação» da maturidade política e da capacidade dos portugueses em «vencer divisões», disse.

«Verificamos que se desvaneceu progressivamente a tendência para a manutenção artificial de uma querela constitucional», deixando-se de responsabilizar a Constituição «por pecados que verdadeiramente não lhe podem ser imputados», frisou o Chefe de Estado.

«A estabilidade constitucional é, em si mesma e enquanto facto de integração nacional, um valor a preservar», declarou o Presidente, alertando para «a necessidade» de se «dar cumprimento» às imposições resultantes da revisão constitucional de 1997.

Jorge Sampaio referia-se em particular às determinações que favoreciam a reforma do sistema político, cuja situação justifica preocupações que «são legítimas e exigem o empenhamento de todos na superação dos bloqueios e deficiências» ainda existentes.

Um dos aspectos particulares da reforma do sistema político prende-se com o financiamento dos partidos políticos e dos candidatos, tendo Jorge Sampaio sublinhado que a actual lei «representa um progresso» para conter despesas «ínúteis ou sumptuárias» e dar maior transparência às contribuições privadas.

Porém, o Presidente sustentou que se «deve caminhar assumidamente no sentido do reforço do financiamento público das campanhas eleitorais, tornando-as mais independentes dos financiamentos privados».

«O valor do financiamento público actual é insuficiente», pelo que «o seu reforço,



acompanhado de uma redução dos gastos eleitorais, representará uma garantia de maior transparência da vida política», considerou.

O chefe de Estado sublinhou que os problemas do País «não se resolvem com meras proclamações nem com voluntarismo», antes «com estudo, trabalho metódico, eficácia» e uma «cultura de exigência e de rigor, de prestação de contas, de responsabilização».

Também se tem de «acabar com a atitude que leva a reivindicar - e ainda bem! - os nossos direitos, mas a não querer assumir - e ainda mal! - nenhum dever para com os outros e a comunidade», sustentou.

Jorge Sampaio abordou ainda a questão dos imigrantes em Portugal, reafirmando a necessidade de se criarem condições para o seu acolhimento e integração na sociedade portuguesa a fim de se evitarem tensões e fenómenos sociais como o da exclusão.

Uma das últimas palavras do Presidente da República foi para a importância da Educação - a qual «é, verdadeiramente, a mais terrível, a mais persistente, a mais pesada herança da ditadura».

Por outro lado, o Presidente da República

defendeu a «clarificação de papéis e de responsabilidades» dos órgãos de soberania no acompanhamento das missões militares no estrangeiro, «sem que para isso seja necessária uma revisão constitucional».

Jorge Sampaio enfatizou a importância de se precisar o enquadramento jurídico e o papel dos diferentes órgãos de soberania no acompanhamento da participação dos militares em missões no estrangeiro.

O Presidente da República afirmou também que a reforma das Forças Armadas, a racionalização, valorização e optimização dos recursos afectos à instituição militar exigem o empenhamento de «todos os níveis de decisão» política nacionais.

O Presidente da República declarou hoje que foi a democracia instaurada pelo 25 de Abril de 1974 a permitir que se pudesse «consolidar o Estado laico, a liberdade religiosa e a liberdade de não ter religião» em Portugal.

Jorge Sampaio observou ainda, no seu discurso, que também foi a democracia a permitir, entre outros aspectos, criar em Portugal «um clima estável de convivência cívica e de tolerância» após 50 anos de vigência do Estado Novo.

Constituição reflecte o melhor do 25 de Abril

Por sua vez, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, homenageou os deputados constituintes, defendendo que a Constituição reflecte «o melhor do espírito do 25 de Abril».

Almeida Santos justificou a evocação dos deputados à Assembleia Constituinte «não só pelo facto de terem sido capazes de nos legar a Constituição que nos legaram, mas por terem sido capazes, em condições tão problemáticas, de aprovar uma Constituição». Num longo discurso, Almeida Santos referiu-se ao significado da data, defendendo a sua importância até de um ponto de vista internacional.

«Onde e quando começou a nova vaga democrática? Em Lisboa, no dia 25 de Abril de 1974, ao som de uma canção profética. A dialéctica histórica dos fluxos e dos refluxos da democracia e do autoritarismo escolheu-nos desta vez para seu cenário. A libertação de Abril foi demiúrgica para a novíssima maré», assinalou Almeida Santos.

Lamego recorda combate do Bloco Central às FP 25

O deputado socialista José Lamego aludiu hoje à polémica em torno da sentença do caso FP 25, evocando o papel de Mário Soares e de Rui Machete, como governantes, no combate «ao terrorismo de extrema-esquerda».

No entanto, e depois de recordar que esse combate tinha dado origem a prisões e processos judiciais, José Lamego lamentou que não tivesse havido oportunidade de dar idêntico tratamento ao «terrorismo de extrema-direita».

Falando em nome da bancada do PS, José Lamego aludiu à sua condição de resistente à ditadura e recordou ter sido o primeiro preso político libertado na sequência da Revolução dos Cravos.

«Pertencio à última geração que foi privada de liberdade», referiu José Lamego, prestando homenagem aos capitães de Abril nas figuras dos já falecidos Salgueiro Maia e Melo Antunes.

Referindo-se ao processo desencadeado com a revolução de 1974, Lamego aludiu a três tempos fundadores do Portugal contemporâneo, iniciados com o 25 de Abril e prosseguidos com a aprovação da Constituição e a adesão de Portugal à então denominada Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

No entanto, advertiu para o perigo da «periferização» de Portugal, em resultado da entrada de novos países para a UE e no caso de não serem tomadas medidas para se manter um crescimento sustentado da economia.

«Temos desafios imensos que é colocar Portugal no patamar médio da União Europeia», defendeu José Lamego.

CINCO PROPOSTAS CONTRA DIFICULDADES

Cinco propostas estratégicas para solucionar as dificuldades da economia portuguesa e um programa de apoio integrado à inovação foi o desafio lançado, no dia 27, por António Guterres.

Num discurso totalmente dedicado às questões económicas, António Guterres revelou, na Assembleia da República, que no próximo mês de Maio levará a discussão pública um programa de apoio à inovação, cujo objectivo é o de «dinamizar a sociedade portuguesa para a sua transformação estrutural», dando capacidade para garantir a sua competitividade no mundo global.

Num dos recados destinados às forças da oposição, o chefe do Executivo socialista advertiu que «este não é o momento nem para depressões pessimistas, nem para optimismos sem fundamento».

Para Guterres, o momento actual requer «acção determinada a quem enfrenta as realidades para as transformar, com uma estratégia clara de afirmação do interesse nacional».

«Assumimos as dificuldades com vontade política, com uma estratégia e um rumo», acrescentou.

Como medidas imediatas para tornar as dificuldades económicas do País, o primeiro-ministro aludiu a cinco apostas estratégicas, a primeira delas relacionada com a necessidade de «acelerar o ritmo de execução do investimento público».

Também para conter e inverter o risco de desaceleração do crescimento económico,



o chefe de Governo disse ser importante «incentivar a contratualização de investimento estrangeiro relevante, apoiar fortemente o investimento privado (acelerando a execução do Programa Operacional de Economia), apostar nas exportações, privilegiando o mercado espanhol e aprofundar a consolidação das finanças públicas».

Respondendo às críticas vindas sobretudo do PSD e do CDS-PP no domínio da

despesa pública, Guterres afirmou que o Executivo adoptará «um novo grupo de medidas de contenção da despesa pública na execução orçamental de 2001 e na preparação do Orçamento de Estado de 2002».

Os três mitos da oposição

Contenção, acrescentou, «sem colocar em causa o investimento público e em particular a execução do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA)».

O início da intervenção do primeiro-ministro foi totalmente dedicado a recusar a interpretação da realidade económica feita pelas forças da oposição, tendo falado em «três mitos».

O primeiro desses mitos era o de que Portugal estaria a viver em depressão económica – um cenário que, segundo Guterres, implicaria uma taxa de crescimento negativa.

Depois de afirmar que a última depressão ocorreu em 1993, num governo laranja, realçou que, no último ano, o Produto Interno Bruto de Portugal (PIB) cresceu 3,3 por cento.

Para Guterres, o segundo mito da oposição passa pela ideia de que a inflação portuguesa se encontra descontrolada, em consequência da despesa pública.

De acordo com o chefe do Governo, os recentes valores da inflação ficam a dever-se ao aumento dos preços petrolíferos e alimentares – «afectados estes pelo mau tempo e pelos surtos europeus de doenças

animais».

Sem os produtos petrolíferos e alimentares, segundo o governante, «o valor médio da chamada inflação subjacente – o verdadeiro indicador dos eventuais desequilíbrios – foi apenas de 2,9 por cento em Março, em linha com o ano anterior».

«Se excluirmos os sectores em que os produtos energéticos e alimentares têm um impacto mais directo, como os transportes e a restauração, então o aumento registado em Março deste ano foi apenas de 1,2 por cento, contra 2,5 por cento há um ano», sustentou. Ou seja, para Guterres, Portugal vive «um surto de inflação efectivo mas conjuntural».

Perante esse surto conjuntural, o primeiro-ministro recusou a possibilidade de compensações salariais, alegando que essas «reações em cadeia poderiam desencadear uma espiral inflacionista».

Como terceiro mito, a tese de que Portugal se encontra em divergência real com a União Europeia, António Guterres lembrou que a diferença do crescimento, no último ano, foi apenas de 0,1 por cento (3,3 contra 3,4 por cento).

Já em relação ao défice externo, o primeiro-ministro declarou ser uma consequência «natural do surto rápido de crescimento dos últimos anos e do aumento dos níveis de endividamento, resultantes da queda das taxas de juro». Contudo, invocou dados recentes do Banco de Portugal para assinalar que o défice comercial do País terá sofrido uma redução na ordem dos 19,3 por cento em Janeiro último.

PORTUGAL CRESCEU 3,3 POR CENTO EM 2000

A economia portuguesa cresceu 3,3 por cento, no ano passado, ao mesmo ritmo de 1999, revelam as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas, na passada sexta-feira, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O Produto Interno Bruto (PIB) foi de 22.860,16 milhões de contos, no ano passado.

O consumo privado cresceu 2,5 por cento, metade do registado em 1999, enquanto o consumo público desacelerou 0,8 pontos percentuais, para 3,8.

O crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, investimento) abrandou 3,4 pontos percentuais, para 4 por cento.

Este arrefecimento da procura interna foi compensado por um melhor comportamento da procura externa, com as exportações a acelerarem para 6,6 por cento, contra 3,4 por cento em 1999, e por uma desaceleração das importações, que aumentaram apenas 5,1 por cento, contra

8,9 por cento no ano precedente.

A evolução intra-anual do PIB em 2000 foi bastante irregular, com um crescimento homólogo (face a igual período do ano anterior) de 3,3 por cento no primeiro trimestre, de 2,9 por cento no segundo, de 3,6 por cento no terceiro e 3,4 por cento no quarto.

Os dados do INE revelam crescimentos económicos de 3,8 por cento em 1997 e 1998 e de 3,3 por cento em 1999 e em 2000.

O INE destaca que a procura interna cresceu 3,2 por cento em 2000, em abrandamento face aos 5,3 por cento do ano precedente, verificando-se uma contribuição bastante mais favorável da procura externa líquida, particularmente no segundo semestre.

O instituto salienta a contribuição negativa da variação de existências para o PIB, sobretudo no final do ano, principalmente devido a reduções significativas nos stocks de produtos petrolíferos e automóveis.

No quarto trimestre acentuou-se a tendência

de um crescimento suportado pela componente externa, destacando-se, do lado da procura interna, a quebra homóloga de 0,6 por cento no investimento, apesar da evolução positiva da FBCF em material de transporte, devido à antecipação de compra de comerciais ligeiros face a alterações da fiscalidade em 2001.

Verificou-se uma forte desaceleração do consumo privado, que aumentou apenas 1,8 por cento nos últimos três meses de 2000.

O consumo público cresceu 3,1 por cento no último trimestre, mantendo a trajectória de desaceleração que se prolonga desde o quarto trimestre de 1999.

Na componente externa, as exportações mantiveram, no quarto trimestre de 2000, um forte crescimento, de 6,5 por cento, enquanto as importações desaceleravam muito, crescendo apenas 0,7 por cento em termos reais.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB), mais impostos, aumentou 3,1

por cento em termos reais em 2000, contra 3,4 por cento em 1999, continuando os serviços a dar a maior contribuição para o crescimento económico.

O VAB dos serviços cresceu 5,4 por cento (5,7 por cento em 1999), o VAB da construção aumentou 4,8 por cento (em aceleração face aos 4,3 por cento do ano precedente) e o VAB da indústria e energia acelerou para um acréscimo de 1,9 por cento, que compara com 1,6 por cento em 1999.

O sector primário, após um bom ano agrícola que permitiu um crescimento de 10,5 por cento do VAB da agricultura, silvicultura e pescas em 1999, apresentou um recuo do VAB de 2,5 por cento.

O INE salienta o carácter preliminar de alguma informação estatística utilizada nestas estimativas, em particular nos dados do comércio internacional, e a dificuldade em estimar a variação de stocks, que estão na origem da discrepância verificada entre as contas na óptica da oferta e da procura.

SUBSÍDIOS DE TURNO E RISCO PARA EFECTIVOS DUPLICARÃO ATÉ 2004

Os subsídios de turno e de risco para a GNR e PSP aprovados, na passada quinta-feira, dia 26, em Conselho de Ministros, serão duplicados até 2004, afirmou o titular da pasta da Administração Interna, Severiano Teixeira.

De acordo com o ministro da Administração Interna, em 2001, os subsídios vão ser pagos retroactivamente a Janeiro e, no final de Dezembro, representarão uma despesa global para o Estado na ordem dos três milhões de contos.

Os subsídios serão pagos com base no índice 100 – o equivalente a 104 contos –, recebendo os agentes e praças uma percentagem de 10 por cento, os subchefes e sargentos 11 por cento, e os oficiais 12 por cento.

Com os aumentos graduais previstos nos dois diplomas aprovados pelo Governo (um para a GNR, outro para a PSP), em 2004, os oficiais e praças terão direito a 20 por cento, os subchefes e sargentos 22 por cento e os oficiais 24 por cento.

Confrontado com as posições críticas de representantes de associações profissionais da PSP e da GNR, Severiano Teixeira declarou que «os subsídios foram largamente negociados» e alegou «condicionalismos de ordem orçamental» para o facto de o Governo não ter ido mais longe nestas «medidas de incentivo».

Na conferência de Imprensa, o ministro da Administração Interna também justificou a razão pela qual o Governo não optou por conceder os subsídios de turno e de risco com base nos vencimentos, tal como acontece com os funcionários públicos. O ministro referiu que os funcionários



públicos «têm um horário de trabalho normal», enquanto os suplementos a atribuir à GNR e à PSP se destinam «a incentivar o trabalho de patrulha, exercido em condições e períodos especialmente difíceis».

«Se os suplementos fossem pagos com

base nos vencimentos, o Governo estaria a introduzir uma distorção entre agentes e oficiais de forças de segurança», beneficiando claramente esta última categoria profissional, sustentou o titular da pasta da Administração Interna.

Por sua vez, o ministro da Presidência,

Guilherme d'Oliveira Martins, justificou a razão por que os suplementos atribuídos às forças de segurança não se estenderão à polícia marítima.

«A polícia marítima faz parte das Forças Armadas e, como tal, tem um regime especial», declarou.

O Conselho de Ministros aprovou também na passada quinta-feira uma proposta que altera o Código Penal e que passa a tornar crime público «actos contra a integridade física praticados contra pessoas indefesas, membros de órgãos de soberania e das forças ou serviços de segurança», ou, ainda, «por funcionários com grave abuso da autoridade».

Esta medida foi sistematicamente exigida pelos agentes de forças de segurança, cujas agressões contra si caíam na alçada dos crimes semi-públicos.

Segundo o ministro da Administração Interna, sendo as agressões apenas consideradas crimes semipúblicos, os agentes «não dispunham de segurança jurídica», porque a prova tinha de ser feita em tribunal.

«Em todos os casos e sem qualquer dúvida, esses actos violentos passam a ser considerados crimes públicos, ou seja, serão perseguidos independentemente da queixa do ofendido e sem se tornar necessário apurar, caso a caso, se foram cometidos com especial perversidade ou censurabilidade», acrescentou.

Ainda de acordo com o ministro da Administração Interna, com esta medida, «o Governo pretendeu dar um sinal importante de autoridade de Estado para as forças de segurança, o que trará seguramente benefícios aos cidadãos».

EXECUTIVO SISTEMATIZA IRS, IRC E BENEFÍCIOS FISCAIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 26, um decreto que revê os códigos de imposto de IRS, IRC e a legislação avulsa existente sobre regimes de benefícios fiscais.

Segundo o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, o diploma «não cria qualquer medida nova no domínio da fiscalidade», apenas dá «cumprimento à reforma fiscal aprovada pela Assembleia da República», em Dezembro passado. O secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, Manuel Baganha, referiu que o



decreto-lei tem como principal objectivo «sistematizar legislação dispersa por vários diplomas», criando condições «para uma maior clareza da interpretação da legislação em vigor, quer por parte da administração fiscal, quer por parte dos contribuintes».

Manuel Baganha recordou que os códigos de IRS, IRC e o estatuto dos benefícios fiscais «foram aprovados há mais de uma década e as áreas que regulam têm sido objecto de várias alterações, para uma constante adaptação à realidade económica e social» do País.

«Verificou-se que as alterações entretanto efectuadas se encontravam dispersas por uma pluralidade de diplomas, além de coexistirem múltiplos regimes fiscais em diplomas avulsos, particularmente no domínio dos benefícios fiscais», explicou. Como exemplos de mudanças agora introduzidas, o secretário de Estado destacou a nova sistematização do regime de deduções à colecta, assim como alterações terminológicas, casos das referências às repartições de finanças, quando actualmente têm o nome de serviços locais de finanças.

PORTUGAL SOCIALISTA



**JÁ À
VENDA**

MARCAS DA
GOVERNAÇÃO
SOCIALISTA

CONSELHO DE MINISTROS **Reunião de 26 de Abril**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que altera o artigo 143º do Código Penal;
- Um decreto-lei que regula os suplementos de turno e de piquete e define os respectivos conceitos e regime de atribuição na PSP;
- Um decreto-lei que regula os suplementos de escala e de piquete e define os respectivos conceitos e regimes de atribuição na GNR;
- Um decreto-lei que revê o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e o Estatuto dos Benefícios Fiscais e legislação avulsa que dispõe sobre regimes de benefícios fiscais;
- Um decreto-lei que regula o processo de liquidação da EPAC – Comercial, Produtos para a Agricultura e Alimentação, SA e estabelece um conjunto de regras sobre a alienação de património desta empresa;
- Um decreto-lei que regula o processo de liquidação da SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, SA e estabelece um conjunto de regras sobre a concessão da actividade da empresa;
- Um decreto-lei que transfere para a Direcção-Geral de Protecção das Culturas as funções do laboratório da extinta EPAC – Empresa para Agroalimentação e Cereais, SA;
- Uma resolução que atribui um mandato ao ministro das Finanças para promover as medidas consideradas adequadas à revisão da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro;
- Um decreto-lei que cria um regime excepcional e transitório relativamente à aplicação do artigo 13º do decreto-lei n.º 293/92, de 20 de Dezembro, que estabelece o regime de cargos de bombeiros profissionais da administração local, definindo a sua natureza, conteúdo funcional, carreira, recrutamento, estágio, direitos e deveres das mesmas, com a redacção introduzida através da lei n.º 52/93, de 14 de Julho;
- Um decreto-lei que estabelece medidas de combate a certas doenças dos peixes, transpondo para o direito nacional a correspondente directiva comunitária;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto da Denominação de Origem Controlada (DOC) Douro;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA a cunhar uma moeda comemorativa alusiva ao Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo de alteração ao protocolo relativo aos privilégios e imunidades da Organização Internacional de Satélites Móveis (IMSO), aprovado na XIII Assembleia de Partes da Inmarsat, em Londres, de 23 a 25 de Setembro de 1998;
- Um decreto que aprova o acordo no domínio do turismo entre a República Portuguesa e a República da Estónia, assinado em Lisboa, em 10 de Maio de 2000;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Macedo de Cavaleiros;
- Uma resolução que aprova a aquisição de um prédio misto denominado Quinta de S. Roque sito no Funchal, destinado a instalar serviços de extensão escolar e sociocultural da Universidade da Madeira;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Celorico de Basto;
- Uma resolução relativa ao acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e a Lusoponte.



CULTURA

Reforço de verbas para música e dança

O ministro da Cultura, José Sasportes, anunciou, no dia 29, em Montemor-o-Novo, o reforço das verbas destinadas ao bailado e à música e aproveitou o Dia Mundial da Dança para elogiar o trabalho artístico desenvolvido no interior.

«Serão anunciados, em breve, os novos concursos do Instituto Português das Artes e do Espectáculo (IPAE) e está previsto um reforço nas áreas da dança e da música», disse o governante.

Sasportes falava aos jornalistas no decorrer de uma visita ao Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo/Rui Horta, durante a qual teve ainda oportunidade para visitar o Teatro Curvo Semedo, cujo projecto de renovação já está executado e aprovado. O Centro Coreográfico dirigido por Rui Horta, instalado no Convento da Saudação, em Montemor-o-Novo, define-se como um projecto «aberto» à comunidade e a todos os intervenientes da arte em Portugal.

Do programa da visita constou a apresentação do dueto Broken, em versão de ensaio, com coreografia e desenho de luz de Rui Horta e figurinos de Kathy Brunner, executado pelos bailarinos Sonia Rodriguez e Martin Vranz.

O ministro visitou igualmente duas exposições de fotografia patentes no Convento da Saudação – «L'Envol et la Blessure» (O Voo e a Ferida), de Jean-Christophe Moine, e «Ensaio da Companhia Rui Horta no Convento da Saudação», de Margarida Chambel.



sobre o Mondego (Gala, Portela e Santa Clara), três sobre o Minho (a internacional metálica em Valença, Viana do Castelo e Lanheses) e quatro sobre o Cávado (ponte do Porto, Prado, Bico e Fão).

Vão ainda ser inspeccionadas com rigor as pontes de Caminha sobre o Couro e de Remoldes sobre o Sabor e a de Entre-os-Rios sobre o rio Tâmega.

HABITAÇÃO

Uma política fiscal para o sector da construção

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, disse, no dia 29, em Peniche, que é «indispensável» criar uma política fiscal no sector da construção rejeitando a ideia de que «se está a substituir a sisa pelo IVA».

«O que se está a fazer é tornar o IVA dedutível o problema é que o IVA não era dedutível e permitia todas as fraudes», afirmou a secretária de Estado da Habitação.

A governante explicou que «não se está a pôr nenhum imposto a mais, não se trata de aumentar o peso do IVA. Antes pelo contrário, trata-se de abolir a sisa porque o facto de o IVA não ser dedutível leva a uma impossibilidade de controlo das contas». Leonor Coutinho falava durante a sessão de encerramento do IV Congresso Nacional da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção, que decorreu, em Peniche, durante o fim-de-semana, participado por 130 agentes do sector.

A secretária de Estado disse ainda que o sector se tem desenvolvido nos últimos anos e que «o nível de produção em Portugal é bastante superior ao dos outros países europeus», tendo referido como indicador o consumo de cimento por habitante que «é superior em 30 por cento à Itália, que é o segundo maior país consumidor de cimento».



EDUCAÇÃO

Lei-quadro para avaliação do ensino não superior

O ministro da Educação afirmou, no dia 26, na Assembleia da República, que «tentará, até ao final de 2001, propor um quadro de referência comum para a avaliação do ensino não superior.

Augusto Santos Silva falava, no Parlamento, no dia em que foram debatidos dois projectos de lei do PSD sobre a divulgação pública de um ranking de escolas secundárias e sobre a avaliação de todas as escolas básicas e secundárias, públicas e privadas.

Os documentos laranja foram rejeitados com os votos contra das bancadas do PS, PCP, PEV e Bloco de Esquerda. A favor votou, além do PSD, o Partido Popular.

Na sua intervenção, o ministro da Educação considerou que «fará sentido discutir a médio prazo, quando estiverem minimamente consolidados os programas em curso, um quadro legal de referência para a avaliação da educação não superior».

Depois de ouvir o governante, o deputado socialista João Cravinho disse «não poder compreender que não exista, a muito breve prazo, uma lei que oriente a avaliação do ensino não superior».

Santos Silva respondeu com a promessa de que até final do corrente ano o Ministério da Educação tentará apresentar uma proposta de um quadro de referência comum para a avaliação do ensino não superior.



OBRAS PÚBLICAS

Lisboa com nova circular rodoviária

Lisboa vai ter uma espécie de nova circular, o Itinerário Complementar 30 (IC-30), segundo confirmou, no dia 29, na Guarda, o secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva.

Estão já a decorrer negociações com dois concorrentes que pretendem a concessão da nova ligação entre Cascais e a Auto-Estrada do Norte.

O semanário «Expresso» noticiou sábado que a nova circular terá características de auto-estrada e, para a sua concretização, serão aproveitados alguns troços já existentes. Entre os segmentos em falta, figura um troço de cerca de 20 quilómetros entre Lourel e Alcabideche.

A capital portuguesa é já rodeada por diversas circulares, nomeadamente a Circular Regional Externa de Lisboa (CREL) e a Circular Regional Interna de Lisboa (CRIL) – esta última ainda incompleta.

Segundo Vieira da Silva, está previsto para a região de Lisboa «o investimento forte em regime de concessão» em diversas ligações que, na sua opinião, resolvem «de uma forma estruturante, os problemas de acessibilidades, designadamente do Concelho de Sintra».



EQUIPAMENTO SOCIAL

Investimento de 20 milhões de contos para reparação de estradas

O Ministério do Equipamento Social vai investir mais de 20 milhões de contos na reparação da rede rodoviária danificada pela última invernia, e prepara-se para efectuar inspeções subaquáticas a 32 pontes.

O anúncio foi feito, no dia 1, pelo ministro Ferro Rodrigues, durante a conferência de Imprensa onde fez o balanço da actividades de resposta aos efeitos provocados pelos temporais do último Inverno na rede rodoviária nacional, incluindo a queda da ponte de Entre-os-Rios.

No âmbito do programa de vistoria e inspecção a pontes e viadutos, o governante informou que «estão em curso 254 acções» e em fase de elaboração de relatório de avaliação um total de 100.

A lista inclui a inspecção subaquática de 32 pontes da rede rodoviária, depois de uma primeira vistoria no âmbito de um programa específico de vistorias e inspeções a estruturas de 350 obras de arte (pontes e viadutos), anunciado em 19 de Março e concluído no fim de Abril.

Da lista das pontes onde as inspeções subaquáticas foram consideradas necessárias contam-se, entre outras, duas pontes sobre o Vouga (Angeja e S. João de Loure), três



SEGURANÇA SOCIAL

Apoio domiciliário a idosos vai duplicar

O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social disse, no dia 27, em Viana do Castelo, que o Governo está apostado em duplicar, no decorrer da actual legislatura, o número de idosos abrangidos por apoio domiciliário.

«O número de pessoas apoiadas já duplicou na anterior legislatura e queremos que duplique de novo no decorrer da actual, pois estamos convencidos de que o melhor para os idosos é a permanência na sua própria habitação», afirmou Simões de Almeida. Segundo o governante, «este é apenas um exemplo da aposta permanente do Governo na melhoria das condições de vida dos mais velhos, que se reflecte também no reforço do apoio social em matéria de rede de serviços e equipamentos e no crescimento excepcional das pensões».

Simões de Almeida falava, em Viana do Castelo, no âmbito da inauguração do Centro de Dia e Lar de Idosos de Barroselas, uma estrutura que significou um investimento de 160 mil contos e que já funciona há quase um ano.

GUTERRES NÃO EXCLUI AVANÇAR COM BARRAGEM DO ALQUEVA

O primeiro-ministro deu a entender no dia 27, na Assembleia da República, que o projecto para a construção da barragem do Alqueva deverá avançar, apesar da descoberta de gravuras rupestres.

Em resposta a uma questão formulada pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, o chefe do Governo recusou-se a equiparar as barragens de Foz Côa e do Alqueva, mas foi prudente em relação à futura opção do Executivo.

«Sempre que há uma contradição entre os interesses económicos e os valores, há que fazer uma análise, mas a importância estratégica do Alqueva para o Alentejo e para o País não é comparável a Foz Côa», sustentou.

O primeiro-ministro anunciou já ter dado orientações ao Instituto Português de Arqueologia (IPA) para analisar o «real valor» das gravuras rupestres encontradas nas margens do Guadiana na zona da barragem do Alqueva.

«Saberemos defender o interesse nacional», disse Guterres durante uma sessão de perguntas ao Governo na Assembleia da República, ao ressaltar a diferença existente, em termos de importância económica, entre a futura barragem do Alqueva e a que se projectava para Foz Côa.

«Temos consciência da importância estratégica vital de Alqueva, quer como sinal para o Alentejo, quer como projecto



estruturante para o País», frisou o primeiro-ministro em resposta a uma pergunta de Paulo Portas.

Apesar de estar actualmente a agitar os meios ambientalistas, científicos e políticos, a descoberta das gravuras não provocará, para já, a suspensão das obras da barragem.

Quem o garantiu foi a ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, responsável pelo projecto do Alqueva, ao comentar a descoberta de dezenas de painéis de gravuras neolíticas ao longo de dez quilómetros na margem do Guadiana.

Considerando prioritária uma análise cuidadosa das gravuras, Elisa Ferreira afastou a possibilidade da suspensão dos trabalhos pedida pela Liga para Protecção da Natureza (LPN), organização que promoveu a prospeccção.

URGENTE REFLEXÃO SOBRE AS NOVAS QUESTÕES ÉTICAS



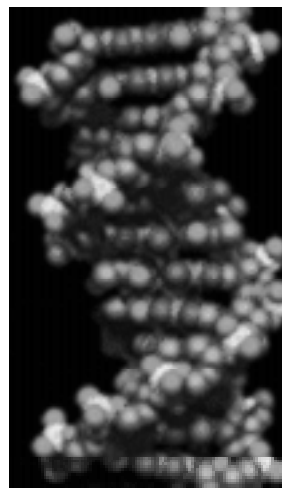
O genoma humano foi o tema da intervenção efectuada pela deputada do PS Maria de Belém, no dia 19, na Assembleia da República.

A camarada Maria de Belém realçou, entre outros aspectos, que a descodificação do genoma humano é «um marco histórico na evolução do conhecimento científico», permitindo ainda «demonstrar que todos os seres humanos descendem dos africanos e que as características conhecidas como «raça» apenas são determinadas por uma pequenissima fracção dos nossos genes». Isto significa, adiantou, «que, muitas vezes, duas pessoas que aparentam ser muito semelhantes, podem encerrar mais diferenças entre si que duas pessoas originárias de partes diferentes do mundo e que possam parecer muito pouco semelhantes».

Sem prejuízo das diferenças culturais existentes, a camarada Maria de Belém salientou que esta constatação «arrasa os fundamentos biológicos do racismo».

A deputada do PS depois de destacar as «enormes potencialidades» que o genoma humano veio abrir caminho no domínio da «prevenção das doenças e do seu tratamento, designadamente através da terapêutica genética como passo significativo numa nova prática médica ajustada às específicas características individuais de cada ser humano», defendeu que «Portugal e os cientistas portugueses não podem estar de fora deste processo». «É imperiosa a sua participação nestes projectos», acrescentou.

Mas, alertou, «se é fácil discorrer a importância crescente na prestação dos cuidados de saúde, também é fácil discorrer sobre os enormes riscos da



utilização dessa informação em termos de «novas discriminações», das mais perigosas porque assentes ou baseadas em conhecimento científico». Estes riscos, observou, «fazem apelo à necessidade de legislação ajustada à adequada protecção dos dados pessoais e à urgência na reflexão sobre as novas questões éticas que este patamar de conhecimento vem colocar».

Neste contexto, a deputada do PS preparou um projecto de deliberação, que, disse, gostaria que fosse subscrito por todos os grupos parlamentares, no sentido de promover um amplo debate sobre estes temas.

J. C. CASTELO BRANCO

REFORMA CONSULAR TEM SIDO UM ÊXITO



O deputado do PS pela Europa, Paulo Pisco, afirmou ter «orgulho de pertencer a um partido que cumpre os seus objectivos em relação à política de Emigração», e elogiou a reforma consular implementada pelo Governo, que garantiu melhores condições de funcionamento.

O deputado, que se deslocou em visita oficial à Alemanha, afirmou que o «Instituto Camões é um exemplo de sucesso» e que «nunca, como agora, foram abertos tantos centros de cultura portuguesa».

O camarada Paulo Pisco apontou o centro de cultura lusa aberto recentemente em Barcelona e a apresentação realizada no dia 28 de outro centro cultural em Genebra.

Segundo referiu o deputado do PS desde 1995 que estão definidas as áreas de actuação da Secretaria de Estado das Comunidades e os objectivos têm sido

cumpridos.

A reforma consular – segundo Pisco – é o «exemplo mais marcante» da política para a Emigração.

«Os consulados não tinham condições de funcionamento, nem os funcionários formação adequada. Tudo fizemos para resolver a situação e os resultados são notórios», sublinhou.

Para o camarada Paulo Pisco, o Programa Governamental de Apoio aos Idosos Carenciados é outro exemplo a apontar.

«Foram estabelecidos protocolos com as Misericórdias para apoio aos emigrantes idosos», disse.

No que se refere aos jovens, Paulo Pisco, referiu o «Programa Estágio» que vai proporcionar a cerca de mil luso-descendentes estagiar em empresas nacionais.

O deputado do PS, na visita que efectuou à Alemanha, manteve contactos com associações e consulados portugueses em Dortmund, Frankfurt e Osnabruck.

LEI APROVADA COM DIVISÕES ENTRE OS SOCIALISTAS

A nova lei de liberdade religiosa, aprovada, no dia 26, no Parlamento, dividiu a bancada socialista, levando 24 deputados a defender que o projecto é discriminatório ao deixar de fora a Igreja Católica.

O presidente da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, o camarada Jorge Lacão, considerou a lei inconstitucional por não se aplicar à Igreja Católica, abrangida ainda pela Concordata de 1940.

A favor do projecto votaram a maioria da bancada do PS e os deputados do PSD e

do CDS-PP.

A bancada do PCP justificou o voto contrário com o que classificou de ingerências de um Estado estrangeiro em Portugal.

O PEV e BE também criticaram a nova lei, com a deputada ecologista Isabel de Castro a considerar que a legislação não vai permitir a igualdade de todos os portugueses face à religião, numa alusão ao facto de a lei não se aplicar à Igreja Católica e destinar-se unicamente aos crentes noutras religiões.

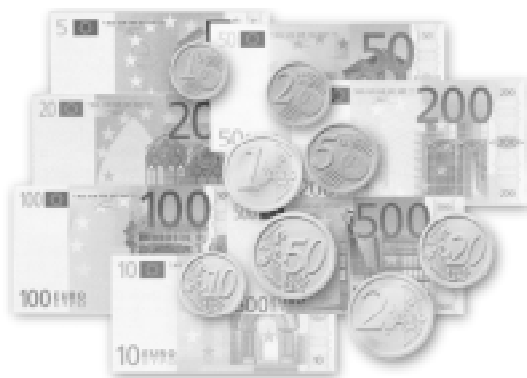
PORTUGUESES E GREGOS SÃO OS MAIS PESSIMISTAS

Portugueses e gregos são os europeus mais pessimistas em relação à evolução económica do seu país durante este ano, com quatro em cada 10 cidadãos a considerarem que a situação vai deteriorar-se. Segundo os dados do Eurobarómetro da Primavera, divulgado no dia 30 pela Comissão Europeia, em Bruxelas, 40 por cento dos portugueses auguram um futuro negativo para a economia durante este ano, 32 por cento acham que a situação não irá mudar e apenas 17 por cento admitem uma melhoria.

Os mais optimistas são os finlandeses, com apenas 12 por cento dos inquiridos com previsões económicas negativas. Segundo o estudo, constata-se «uma progressão especialmente negativa em Portugal, onde se registou um aumento de 24 pontos na percentagem de pessoas que pensam que a situação económica do país vai deteriorar-se durante este ano».

O descontentamento dos portugueses alarga-se a outros campos: 20 por cento consideram que o nível de vida em geral irá deteriorar-se durante este ano (o que constitui o segundo número mais alto do espaço comunitário, a seguir à Grécia), 43 por cento acreditam que não haverá qualquer mudança e 29 por cento acham que a vida irá melhorar.

No mesmo contexto, 31 por cento dos



portugueses revelam-se insatisfeitos quanto à vida que levam, 63 suficientemente satisfeitos e apenas cinco por cento muito satisfeitos. Este número de insatisfeitos é o segundo maior da UE, igualmente a seguir à Grécia.

A mesma atitude revela-se em relação ao emprego, uma tendência já demonstrada anteriormente: 34 por cento dos portugueses consideram que a situação vai piorar, um número apenas ultrapassado pela

Grécia (44 por cento). A média comunitária de pessimistas nesta matéria é de 23 por cento.

A mesma atitude negativa quanto ao futuro observa-se quanto à evolução da situação profissional pessoal e da situação financeira dos agregados familiares, embora em menor escala.

A insatisfação lusa alarga-se, ainda, a outros níveis, com 49 por cento dos portugueses a manifestarem-se não muito satisfeitos ou

insatisfeitos quanto ao funcionamento da democracia no seu país, o que coloca Portugal como o terceiro país dos Quinze nesta matéria, a seguir à Itália e Grécia. Apesar disso, 92 por cento afirmam-se orgulhosos da sua nacionalidade.

Quando o assunto é a leitura diária de jornais, Portugal volta à cauda da Europa, com apenas 20 por cento da população a referir procurar informação diariamente nos periódicos, um número apenas superior ao da Grécia (18 por cento). A média comunitária nesta matéria é de 42 por cento. De referir ainda que 28 por cento dos portugueses nunca lê jornais.

Quanto à relação dos portugueses com as instituições comunitárias, uma média de 62 por cento reconhece a sua importância, mas o nível de conhecimento das suas medidas, como o euro, muda o cenário: 71 por cento consideram-se mal informados ou sem qualquer informação sobre a moeda única.

No que respeita ao alargamento da União Europeia a outros países, Portugal revela-se como um dos Quinze mais favoráveis (52 por cento a favor e 21 contra), enquanto a Áustria e a Finlândia são os maiores opositores.

O inquérito foi realizado entre 17 de Novembro e 13 de Dezembro do ano passado a um universo de mil portugueses com mais de 15 anos.

GENEBRA

Salão do Livro

CICLO DE CINEMA PORTUGUÊS

O cinema português está presente em Genebra num ciclo que começou no dia 30 paralelamente ao programa do Salão do Livro e da Imprensa de Genebra, no qual Portugal é o convidado de honra.

A 15ª edição do Salão do Livro de Genebra começou sexta-feira e terminou terça-feira, mas o ciclo de cinema dura mais duas semanas.

Treze filmes portugueses vão ser exibidos no Centre d'Animation Cinématographique - Voltaire (CAC-Voltaire), em Genebra, de 30 de Abril a 13 de Maio.

O realizador Manuel de Oliveira inicia o ciclo com «A carta» (1999), a que se seguirão «Aniki-Bobó» (1942), «Os Canibais» (1987), «Vale Abraão» (1992) e «Viagem ao princípio do mundo» (1997).

Ao longo das duas semanas que durará o ciclo de cinema português, intitulado «Primavera portuguesa», estarão ainda presentes «Conversa acabada» (1982) e «Um adeus português» (1985) de João Botelho, «Ossos» (1997) de Pedro Costa,

«Requiem» (1997) de Alain Tanner e o «Rio do ouro» (1998) de Paulo Rocha. O director do CAC-Voltaire, Rui Nogueira, um português radicado na Suíça há 24 anos, fez questão de ter também filmes muito populares dos anos 30 a 50, como «Inês de Castro» (1944) de José Leitão de Barros ou «Capas Negras» (1947) de Armando de Miranda.

«Hoje esses filmes têm um aspecto histórico importante e uma pessoa que se interessa pelo cinema português deve conhecer também essa época», afirma Rui Nogueira.

Refere no entanto a falta de «Sol e Touros», com Manuel dos Santos, que lamenta não poder exibir porque «é um filme popular sobre a tourada e que tinha um certo encanto», como conclui o director do que é considerado como o templo do cinema de Genebra.

O CAC-Voltaire, fundado nos anos 70, tem uma programação acompanhada de seminários, encontros e conferências e organizada em ciclos temáticos.

PESCAS

UE/Marrocos

ARMADORES ALGARVIOS SATISFEITOS COM FIM DAS NEGOCIAÇÕES

A principal associação de armadores do Algarve congratulou-se no dia 25 com o encerramento das negociações sobre pescas entre a União Europeia (UE) e Marrocos, porque «mais vale não haver acordo do que um mau acordo».

«Mesmo que o acordo fosse em frente, ninguém o ia aceitar», garantiu o presidente da Associação dos

Armadores de Pesca do Sotavento (AAPS), Lurdino Tendinha, sublinhando a dificuldade das negociações com os marroquinos.

Explicitou que um acordo globalmente positivo para os armadores portugueses «era muito difícil» e acabaria por significar o fim das poucas empresas que ainda sobrevivem.



RUI DE ALMEIDA DEFENDE CULTURA LUSO-DESCENDENTE

João Rui de Almeida, no dia 30 de Abril, o segundo dia da visita ao Canadá, afirmou ter encontrado nos portugueses em Montreal o prolongamento da cultura portuguesa, mas defendeu a necessidade de ser adaptada à realidade luso-descendente.

Esta foi a principal mensagem do secretário de Estado das Comunidades durante as visitas que efectuou à Associação Portuguesa Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1983, e à Casa dos Açores, que remonta a 1978, na província do Quebec.

Como forma de agradecimento por estar entre as primeiras visitas do secretário de Estado das Comunidades, desde que assumiu funções em Dezembro de 1999, a comunidade portuguesa radicada em Montreal presenteou-o com uma festa que reuniu cerca de 100 pessoas, proporcionando-lhe um espectáculo com

artistas comunitários.

No entanto, a presença juvenil lusa no evento ficou muito aquém das expectativas, apenas salva pela actuação do Rancho Folclórico Estrelas do Atlântico, constituído maioritariamente por jovens.

João Rui de Almeida, que durante a sua intervenção chamou ao palco três jovens elementos daquele agrupamento popular, salientou a importância do envolvimento dos jovens na manutenção das raízes culturais portuguesas no estrangeiro, mas desafiou as associações a agarrarem «o sangue novo» e também elas se adaptarem à juventude.

«É preciso modernizar as iniciativas das associações e ao promoverem eventos vocacionados e destinados aos jovens também as vossas associações se rejuvenescem. Se não se colocarem ao lado dos jovens, a ligação vai-se perdendo e diminuindo a necessária vitalidade», frisou. Nesse sentido, sublinhou: «Apelo às

associações para criarem espaços dirigidos para os jovens porque só assim lhes chega a mensagem de um Portugal moderno e respeitado internacionalmente e só assim abraçam novos desafios.»

Fazendo referência a iniciativas promovidas pela secretaria de Estado das Comunidades com o objectivo de promover e aproximar os jovens luso-descendentes a Portugal, como é o caso do Encontro de Jovens Luso-Descendentes, que este ano cumpre a terceira edição, ou do Programa Estagiar em Portugal, João Rui de Almeida incentivou as associações a dedicar especial atenção aos futuros embaixadores de Portugal no estrangeiro.

O livro «A emigração como força dinamizadora», de Eça de Queirós, foi o presente escolhido pelo representante do Governo português para firmar o seu pedido àquela comunidade que, acrescentou, tem feito um «trabalho louvável há muito

reconhecido por Portugal».

José de Paiva, presidente da Associação Portuguesa N.S. de Fátima, registando o apelo, considerou a presença do secretário de Estado como um contributo enorme e um gesto de interesse pela comunidade lusitana em Montreal.

Durante a visita que efectuou à Casa dos Açores, João Rui de Almeida reafirmou a necessidade da intervenção da juventude nas organizações associativas comunitárias, explicando que «também caba a elas liderar o prolongamento do gosto cultural português no âmbito da modernidade e inovação».

Damião de Sousa, presidente daquela casa açoriana, considerou que a disponibilidade demonstrada pelo secretário de Estado das Comunidades ao visitar a comunidade oriunda dos Açores causou um «grande impacto», tendo sido revestida de um simbolismo de diálogo e preocupação.

FERRO RODRIGUES ENTREGA PLANO DE REESTRUTURAÇÃO A BRUXELAS

O ministro do Equipamento Social entregou na quarta-feira o plano de reestruturação da TAP à comissão europeia dos Transportes.

Eduardo Ferro Rodrigues corresponde, assim, ao compromisso assumido no início de Fevereiro pelo seu antecessor, Jorge Coelho, de apresentar, num prazo de dois meses, um plano de viabilização para a transportadora, depois do rompimento do acordo com o SAirGroup (Swissair).

Após a primeira reunião informal que manteve com a comissão Loyola de Palacio, à margem do conselho de ministros dos Transportes dos Quinze, a 5 de Abril, Ferro Rodrigues havia afirmado que a elaboração do plano estava a «correr a muito bom ritmo» e que previa entregá-lo dentro do prazo, que terminava a 30 de Abril.

A entrega será feita três dias depois, por impossibilidade de agenda da comissão que tutela os Transportes, segundo a mesma fonte.

O plano de reestruturação, que passará pela entrada de novos parceiros no capital da empresa, foi elaborado pelo Banco de Investimento Global (BIG), em conjunto com a TAP e o Estado português, com o objectivo de viabilizar a empresa até 2003. O rompimento do acordo com o SAirGroup – que previa a aquisição de mais de 30 por



cento do capital da transportadora portuguesa pelo grupo suíço de aviação – , no final de Janeiro, agravou a já difícil situação financeira da TAP.

Na ocasião, a comissão alertou o Governo português para a impossibilidade de uma nova «ajuda de Estado» à TAP e lembrou que o Executivo só poderia injectar dinheiro público na companhia, se «os critérios seguidos fossem os de um investidor privado».

NÃO EXISTEM DIVERGÊNCIAS ENTRE PORTUGAL E UE

O ministro Pina Moura afirmou no dia 25 que as previsões comunitárias de crescimento económico «evidenciam que em 2001, tal como em 2000, não houve divergência» entre Portugal e a União Europeia.

O ministro da Economia, Pina Moura, falava no final da sessão solene comemorativa do 25 de Abril.

O ministro adiantou que a União Europeia apresenta para o espaço comunitário uma «perspectiva de crescimento apreciável, como com a portuguesa».

Acrescar, sublinhou Pina Moura, que a

Comissão «revê para cima a estimativa de crescimento para Portugal em 2000».

O ministro assegurou ainda que Portugal «não é o país que vai crescer menos» no espaço comunitário e salientou a necessidade de haver um acréscimo de produtividade nos próximos anos como forma de superar dificuldades estruturais ainda existentes.

Terá de haver também «rigor na contenção» da despesa pública, cujos financiamentos (em especial nas áreas sociais) terão de ser feitos «com maior eficiência», acrescentou Pina Moura.



ESTUDO

Droga nas cadeias

GOVERNO PREPARA MEDIDAS DE REDUÇÃO DE DANOS

O Executivo socialista encomendou um estudo sobre a situação da toxicodependência nas cadeias portuguesas, que estará concluído entre Agosto e Setembro e conterá sugestões sobre políticas de redução de danos a introduzir nos estabelecimentos prisionais.

De visita à Suíça, acompanhado pelo ministro da Justiça, para tomar contacto com as experiências internacionais em matéria de programas de redução de riscos e minimização de danos, quer em regime aberto quer no meio prisional, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros disse, no dia 27, à Imprensa, que o estudo está a ser elaborado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

O estudo científico, a cargo da professora Anália Torres, dará um panorama da situação global do consumo de drogas nas cadeias, assim como dos programas de redução de riscos que estão a ser aplicados e quais as medidas mais prementes a adoptar para minimizar os danos.

Servirá também para analisar a eventual criação de um programa experimental de troca de seringas nas cadeias portuguesas. Vitalino Canas, que tutela a área da toxicodependência, afirmou que o estudo está em fase de planificação, estando a ser elaborado um questionário, mas deverá estar concluído entre Agosto e Setembro deste ano.

O secretário de Estado acentuou que este trabalho científico dará indicações para futuras políticas de redução de danos a intensificar nas cadeias, uma vez que o



Governo pretende ter «medidas de redução de riscos disponíveis para 100 por cento dos toxicodependentes detidos», que poderão passar por programas de substituição opiácea por metadona e troca de seringas, sempre com vista a um futuro encaminhamento para tratamento.

Na visita à Suíça, Vitalino Canas e António Costa visitaram um programa experimental de prescrição sistemática de heroína a toxicodependentes que está a ser desenvolvido desde 1999 e fornece aquele opiáceo a 1050 consumidores dos vários cantões suíços.

O responsável pela área da droga e da toxicodependência considerou o programa

«interessante», apesar de o Governo português não estar a pensar sequer em adoptar um medida do género.

Do programa constou também uma visita à cadeia feminina de Hindelbank, onde existe um programa experimental de troca de seringas através de uma máquina automática que recolhe e seringa usada e disponibiliza uma outra nova.

Naquela cadeia estão em funcionamento seis máquinas (uma em cada ala), 24 horas por dia e, de acordo com Vitalino Canas, o Governo suíço está a pensar estender o programa a outros estabelecimentos prisionais.

O secretário de Estado considerou

interessante o facto de o Executivo suíço ter uma teoria repressiva em relação ao consumo de drogas, mas não fechar os olhos à necessidade de redução de riscos, adoptando medidas como a troca de seringas nas cadeias e programas de substituição opiácea por metadona.

Canas e Costa tiveram ainda a oportunidade de visitar a mais antiga sala de injeção assistida da Suíça, situada em pleno centro da cidade de Berna, perto do Parlamento, e que ao princípio gerou uma certa desconfiança, mas que actualmente é até defendida pelas autoridades policiais.

No entanto, o secretário de Estado sublinhou que esta sala funciona em moldes completamente diferentes daqueles que poderão ser implementados em Portugal, uma vez que disponibiliza apenas o espaço para injeção.

As eventuais salas de injeção assistida que venham a ser criadas em Portugal terão de ser fora das zonas residenciais (sendo colocados nos bairros de uso de drogas) e terão um acompanhamento médico-sanitário dos toxicodependentes, registos e um acompanhamento sistemático por técnicos, com vista ao encaminhamento para tratamento ou para programas de substituição, aliás, como define a legislação sobre redução de riscos recentemente aprovada.

Vitalino Canas considerou importante esta visita, assim como outras do género já realizadas a vários países, no sentido de tomar conhecimento dos métodos e das experiências

adoptadas internacionalmente, por forma a saber quais as alternativas que podem ser usadas em Portugal em matéria de redução de riscos e combate à toxicodependência.

COOPERAÇÃO

Moçambique

PORTUGAL FINANCIA ESCOLA E CASA PIA

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, António Dornelas, anunciou no dia 27, o apoio de Portugal à construção de raiz de uma Escola de Estudos Laborais e às instalações da futura Casa Pia, na cidade da Matola.

António Dornelas falava após um encontro com o ministro do Trabalho de Moçambique, Mário Sevene, a convite do qual se deslocou a Moçambique, para inaugurar um Centro de Formação Metalomecânica e analisar aspectos da cooperação bilateral.

Em declarações à Imprensa, Dornelas esclareceu que a futura Escola de Estudos Laborais, a que assistiu ao lançamento da

primeira pedra, será instalada numa área de dez hectares, devendo ainda este ano Portugal disponibilizar 40 mil contos para o seu arranque.

Quanto à Casa Pia, sublinhou que a mesma será instalada numa área de 20 hectares, agora disponibilizados. Neste caso, a construção deverá contar com o apoio de outros doadores internacionais.

O governante português não precisou o valor que será aplicado mas declarou que ele será certamente um «investimento vultuoso».

Segundo o secretário de Estado, o apoio português vai também abranger a organização curricular da escola, que o ministro do Trabalho de Moçambique

pretende que abranja as áreas dos recursos humanos e gestão em várias vertentes profissionais e tenha nível de bacharelato.

Mário Sevene manifestou grande empenho no desenvolvimento daquele projecto, que será totalmente financiado por Portugal. Embora se verifiquem alguns atrasos em relação ao lançamento efectivo da obra, disse que gostaria de a inaugurar antes do termo do seu mandato, em Janeiro de 2004.

Num encontro com os jornalistas, Mário Sevene e António Dornelas fizeram um balanço «positivo» da cooperação bilateral. O secretário de Estado português realçou que, apesar de não ter sido estabelecido nenhum novo compromisso, Portugal

«estará com a maior atenção qualquer nova solicitação» do Governo moçambicano.

A construção da Escola de Estudos Laborais e o apoio à criação da Casa Pia resultam de um protocolo assinado em 1999, no qual se encontra incluído o Centro de Formação Profissional em Metalomecânica, inaugurado no passado dia 26, pelos dois governantes, e que representou um investimento português de mais de 110 mil contos.

Segundo António Dornelas, o valor da cooperação com Moçambique no âmbito do ministério do Trabalho e da Solidariedade Social atinge cerca de 350 mil contos por ano.



Abrantes

Esgotos do Casal da Preta

No âmbito da política que tem vindo a implementar na área do ambiente, de forma a garantir para o presente e futuro uma melhor qualidade de vida, a Câmara Municipal de Abrantes vai adjudicar a empreitada da obra do Sistema Elevatório de Casal da Preta.



Este é um aglomerado populacional de grande importância, junto à estrada da cidade, que vai agora sofrer profundas alterações ao nível do ambiente, num investimento de cerca de 38 mil contos.

Albufeira

42 mil contos para habitação e água

A autarquia de Albufeira abriu dois concursos, um referente à empreitada de montagem de equipamentos electro-mecânicos e acabamentos na ETAR de Pademe, no âmbito do projecto financiado pelo Fundo de Coesão, e outro destinado a obras de recuperações diversas em fogos de habitação social, no concelho. As duas empreitadas vão rondar os 41.500 contos.

Cascais

Câmara dá prémio de música

No âmbito da sua política cultural, a Câmara Municipal de Cascais vai lançar a 7ª edição do Prémio Lopes-Graça de Composição que contemplará obras para quarteto de cordas (dois violinos, viola e violoncelo) com piano.



O prémio para a obra vencedora, a seleccionar entre as composições apresentadas em 2001, tem o valor pecuniário de 500 mil escudos.

Loulé

Remodelação e repavimentação da Av. Marçal Pacheco

A Câmara Municipal de Loulé vai proceder à remodelação e repavimentação da Av. Marçal Pacheco, a principal artéria da cidade de Loulé que dá acesso à via para Faro.



Os trabalhos vão incidir na repavimentação da faixa de rodagem desta rua, bem como na substituição das calçadas existentes nos passeios.

Para evitar o estacionamento em cima dos passeios, serão colocados guarda-passeios.

É de salientar ainda o facto de que nos locais do arruamento destinados ao atravessamento dos peões, serão colocadas passadeiras.

Paralelamente às alterações que serão levadas a cabo nos arruamentos desta via, a autarquia irá proceder a melhorias respeitantes ao saneamento básico, nomeadamente com a criação de caixas de visita da rede de águas residuais domésticas existentes.

As obras que serão realizadas na Av. Marçal Pacheco vão ter um custo total de 47 mil contos e têm como principal objectivo melhorar as condições de circulação de tráfego e de peões numa das mais congestionadas ruas da cidade de Loulé.

Odemira

I Troféu Agility com 80 cães

Numa organização conjunta da Câmara Municipal de Odemira e da Associação Cinotécnica da Amadora, realizou-se no passado sábado em Odemira o I Troféu Agility – prova inserida no campeonato nacional -, que contou com a participação de 80 cães de competição.

A prova teve lugar no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal Dr. Justino Santos.

Criadas mais duas freguesias

O concelho de Odemira tem duas novas

freguesias – Boavista dos Pinheiros e Longueira/Almogrove – elevando-se assim para 17 o número total de freguesias.

Penha de França

Poesia para todos

A Igreja de Nossa Senhora da Penha de França foi palco na noite do passado dia 27 de um espectáculo de poesia e canto, intitulado «Poesia para todos», com Carlos Carranca, uma iniciativa da Junta de Freguesia da Penha de França inserida no âmbito das comemorações do 83º aniversário da criação da Freguesia e dos 27 anos da Revolução dos Cravos.

Em «Poesia para todos», ao longo de cerca de hora e meia, o poeta e cantor Carlos Carranca, acompanhado ao piano pelo maestro Jorge Machado, ao violino pelo professor José Machado, à viola por Durval Moreirinhas, e à guitarra clássica por José Manuel Peres, declamou e cantou poemas da sua autoria, recriando também poetas intemporais da língua portuguesa como Fernando Pessoa, Antero de Quental, Miguel Torga, José Régio, Manuel Alegre, José Afonso, Daniel Filipe, José Craveirinha, António Gedeão, Florbela Espanca, José Jorge Letria, José Régio, Sophia de Mello Breyner Andresen, entre muitos outros.

Santo Tirso

III Escola-Oficina

Já arrancou em Abril a III Escola-Oficina na área da Hortofloricultura e Jardinagem de santo Tirso, em que a Câmara local dá reconversão profissional a 16 desempregados do concelho.



Pelo terceiro ano consecutivo foram seleccionados 16 desempregados de longa duração com baixos índices de literacia e sem reconversão profissional para frequentarem formação profissional teórico-prática na área da hortofloricultura e jardinagem.

Recebendo mensalmente uma bolsa de formação constituída por um salário mínimo, subsídio de alimentação e de transporte e ainda um subsídio para despesas de acolhimento, os formandos vão receber formação ao longo de um ano civil.

Sintra

Câmara comemora Dia Mundial do Livro

O município de Sintra comemorou o Dia Mundial do Livro no dia 23, com a iniciativa «Conversas com... Higiene e Saúde», que teve lugar na Biblioteca Municipal de Sintra. Participaram nesta acção alunos do quarto ano do 1º ciclo da Escola nº1 de Sintra. Tratou-se de um encontro que pretendeu sensibilizar para os cuidados a ter com as posturas e suas consequências para a saúde, informando sobre as medidas de prevenção a adoptar.



Também integrados nas comemorações do Dia Mundial do Livro realizaram-se de 23 a 27 de Abril «Os roteiros queirozianos», que contaram com a colaboração do Núcleo de Arquivo e Documentação da autarquia.

Autarquia quer Centro de Estágio da selecção

A camarada Edite Estrela, presidente da Câmara de Sintra, reiterou o apoio e a disponibilidade da autarquia para acolher a futura Casa e Centro de Estágio da selecção nacional de futebol, dando sequência a anteriores contactos com a Federação.

Edite Estrela reforçou que a edilidade está disposta a ceder os terrenos para a futura Casa e Centro de Estágio da selecção.

Vila Franca de Xira

Novos parques infantis

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira inaugurou dois novos parques infantis, em Cotovios e Cachoeros, com um custo total superior a 21 mil contos.

Com a realização destas obras, a autarquia presidida pela socialista Maria da Luz Rosinha, prossegue com o seu objectivo de dotar todas as freguesias do concelho de parques infantis devidamente apetrechados, sobretudo no que concerne às normas de segurança.

QUATRO PAINÉIS TEMÁTICOS E SEIS DEZENAS DE MOÇÕES SECTORIAIS

A direcção do PS confirmou no dia 27 a existência de quatro painéis temáticos distintos para debater a 5 de Maio as mais de seis dezenas de moções sectoriais ao Congresso.

As moções sectoriais serão debatidas nos painéis dedicados aos seguintes temas da participação e cidadania; Portugal, a Europa e o mundo; educação, saúde e solidariedade social; economia, desenvolvimento e ambiente; reforma do Estado.

De acordo com o programa divulgado pela Comissão Organizadora do Congresso (COC) do PS, a reunião magna dos socialistas abre pelas 20 horas de 4 de Maio com o período de credenciação dos delegados, a eleição do presidente do partido, da Comissão de Verificação de Poderes e da mesa do Congresso.

No sábado, dia 5 de Maio, a partir das 11.45 horas serão divulgados os resultados destas votações, seguindo-se intervenções do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, da responsável máxima da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, Edite Estrela, e do novo presidente do PS.

Pelas 12.30 horas do segundo dia do Congresso e até ao final da tarde desse dia, será discutida a única moção global de estratégia, que é apresentada pelo secretário-geral do partido, António Guterres, estando a sua votação prevista para as 19.45 horas. O último dia do Congresso abrirá pelas 10.30 horas com a apresentação das listas concorrentes à Comissão Nacional do PS, decorrendo as votações até às 12.30 horas.



Pelas 12.45 horas serão proclamados os resultados e para as 13 horas está prevista a intervenção final do secretário geral do PS, António Guterres.

Direcção desvaloriza declarações de Roseta

O dirigente socialista António Galamba considerou no dia 27 que as declarações da deputada Helena Roseta «não merecem grande relevância» face aos resultados de votações para o Congresso do PS. De acordo com o camarada António Galamba, membro da Comissão Permanente, as afirmações sobre uma alegada distorção dos resultados do Congresso sugerida por Roseta «não

merecem grande relevância». «Essas declarações parecem vindas de alguém que convive mal com os resultados da democracia, sobretudo, quando não vão de encontro às suas expectativas pessoais», disse. Segundo o camarada António Galamba, «a grande resposta (a Helena Roseta) será dada por parte dos delegados ao Congresso, que contará também com a presença de milhares de militantes socialistas com o estatuto de observadores».

PS está vivo e tem força para continuar a vencer

O dirigente socialista Jorge Coelho afirmou, no dia 26, em Idanha-a-Nova, que «o PS está

vivo e tem força para continuar a vencer, ao contrário do que dizem alguns comentadores de opinião que se analisam a si próprios».

O ex-ministro do Equipamento deslocou-se a este concelho da Raia no distrito de Castelo Branco para participar no jantar de apresentação oficial do candidato do PS à Câmara local, que durante 22 anos foi do PS, mas que actualmente é do PSD.

«Depois desta capacidade de mobilização e desta convicção, vou transmitir ao nosso camarada Armando Vara, que é o coordenador no PS das autárquicas, que pode lá pôr que vamos ganhar a Câmara de Idanha-a-Nova em Dezembro», realçou. E Jorge Coelho acrescentou: «Vou dar alguns conselhos a camaradas do PS que andam sempre mais preocupados em criticar quem trabalha e dirige o partido para que venham aqui estagiar e ver o que é trabalhar afinadamente.»

«A vida de um país, o desenvolvimento, a saúde e a força de um Governo e de um partido são feitas no dia-a-dia por aqueles que intervêm nas Juntas de Freguesia, Assembleias Municipais, Parlamento e Governo. Mas, sobretudo, há quem dirige os destinos do País e tem a nossa e nossa consideração, que é o nosso camarada António Guterres», frisou.

Antes do camarada Jorge Coelho, falou Torres Campos, ex-comissário da Expo-98, que há 22 anos consecutivos exerce o cargo de presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova e que nas eleições autárquicas de Dezembro vai abdicar a favor do deputado Fernando Serrasqueiro.

ALVALADE

Secção comemora 25 de Abril

A presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL), Edite Estrela, reconheceu no dia 24 «que nem tudo tem corrido bem ao PS e ao Governo», mostrando-se no entanto esperançada no efeito dinamizador do próximo Congresso socialista.

Num jantar comemorativo do 25 de Abril, organizado pela Secção de Alvalade do PS, a camarada Edite Estrela referiu que os últimos tempos têm sido difíceis para o partido e para o Governo. Salientou, no entanto, que «apesar das fragilidades», os governos socialistas «são bem melhores que os governos PSD ou de coligação».

Edite Estrela começou por dizer, no jantar que decorreu num hotel de Lisboa, que o «PS está vivo e dinâmico» e que o Congresso, que se realiza entre 4 e 6 de Maio, será de «dinamização e reconquista da confiança dos portugueses».

«Sabemos que governar hoje é bem mais difícil que há 10 ou 15 anos», salientou a dirigente socialista, justificando que «não é fácil arranjar solução para os novos problemas que se colocam à sociedade».

A presidente da Câmara de Sintra, aproveitou ainda o seu discurso para desenvolver dois pontos, a de que o Governo não tem sabido promover as suas ideias e a do difícil relacionamento entre o PS e a comunicação social.

Para exemplificar a dificuldade do Governo em promover as ideias, a dirigente apontou a questão da reforma fiscal, «que para muitos passou despercebida».

«Não sabemos valorizar tudo aquilo de bom que fazemos» apesar de «termos contribuído para que os portugueses vivam melhor que no tempo dos oásis de Cavaco Silva», que beneficiou de uma conjuntura mais favorável, salientou.

No jantar promovido pela Secção de Alvalade, além da comemoração do 25 de Abril, foram ainda distinguidos os socialistas da Secção de Alvalade que completaram 25 anos de militância no partido.

CARTAXO

Paulo Caldas candidato

O dirigente socialista Vitalino Canas alertou que as eleições autárquicas de Dezembro próximo «serão as mais legislativas» de sempre, porque a oposição irá aproveitá-las para tentar derrubar o Governo.

As declarações do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros foram proferidas na sessão de lançamento do candidato do PS à presidência da Câmara do Cartaxo, Paulo Caldas, economista de 28 anos.

Vitalino Canas disse que as forças da oposição vão aproveitar as eleições autárquicas para «fragilizar» o Governo e «precipitarem eleições antecipadas no começo de 2002».

«Em cada concelho, as oposições vão tentar eleger 308 primeiros-ministros e não 308 presidentes de câmaras», acentuou.

Embora tenha reconhecido que «a meio das legislaturas nenhum Governo se apresenta em plena forma», o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros sublinhou diferenças de atitude entre os socialistas e os sociais democratas.

«Enquanto as divergências no PS acontecem em torno de ideias, no PSD as querelas são meramente pessoais», disse.

E exemplificou com o episódio em que o presidente do PSD/Porto, Luís Filipe Menezes, considerou Durão Barroso «um líder fraco».

«Há uma diferença de estilo notória entre os dois partidos», acrescentou.

Depois de sustentar a ideia de que o PS continuará a manter a Câmara do Cartaxo, Vitalino Canas frisou que, apesar de os socialistas estarem há cinco anos e meio no poder, continuam a ser «um referencial de renovação, apostando nos seus jovens quadros».

PS EM MOVIMENTO

CASCAIS

Lamego desafia Capucho

O candidato do PS à Câmara de Cascais, José Lamego, desafiou o seu adversário do PSD, António Capucho, a apresentar propostas concretas para o futuro do concelho em vez de se «refugiar» em slogans de campanha.

Em conferência de Imprensa, José Lamego apelou a António Capucho para que «estude novas propostas e faça o trabalho de casa, de forma a ser encontrada uma solução para o futuro de Cascais».

«O PSD e o seu candidato apenas querem aparecer no papel de acusadores com vestes imaculadas», acusou o candidato do PS, acrescentando que a proposta do PSD de suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) de Cascais «servia somente para paralisar a Câmara e inviabilizar o processo de legalização dos bairros de génese ilegal».



A proposta do PSD de suspensão parcial do PDM e adopção de medidas preventivas, que acabou por ser chumbada na última reunião de Câmara, é no entender de José Lamego, «uma posição que pretende reverter as responsabilidades e criar uma situação de ingovernabilidade no município, agravando o sentimento de crise».

Quanto ao número de loteamentos aprovados nos últimos anos, a que o candidato do PSD diz não ter acesso, Lamego afirmou que «só não o tem por deficiência do PSD na Câmara».

«Os loteamentos são sempre aprovados em reunião de Câmara, onde estão presentes os vereadores do PSD que poderão informar António Capucho do que é que já foi aprovado. Se o candidato não sabe é por falta de comunicação com os autarcas», explicou José Lamego.

De acordo com Lamego, «há problemas de expansão urbanística que só poderão ser resolvidos com a aplicação do PDM aprovado pela Câmara em 1997 e que actualmente está em revisão».

O candidato do PS admitiu haver um excesso de construção, referindo que «isto só aconteceu porque entre 1950 e 1997 o único instrumento urbanístico do concelho era o plano da Costa do Sol, ou seja, os problemas não começaram em 1993».

Segundo Lamego, os problemas do município são também da responsabilidade do PSD, nomeadamente nos casos tidos como mais emblemáticos pela opinião pública de violação urbanística ou ambiental: Abano, Raso, Guia e Quinta dos Ingleses.

«Quero receitas concretas para minorar os danos», receitas que deverão ser comunicadas pelo PSD ao PS no prazo de um mês.

LISBOA

JS quer avaliação pedagógica

A Juventude Socialista de Lisboa pretende que os professores universitários tenham uma avaliação pedagógica, segundo o órgão oficial daquela estrutura «Vontade de Viver» deste mês.

Segundo o boletim, esta posição da JS/Lisboa foi transmitida ao ministro da Educação num debate realizado recentemente na Secção da Almirante Reis, na capital portuguesa. De acordo com João Moleiro, secretário concelhio da JS, «a avaliação de um professor universitário é baseada unicamente na sua qualificação científica, menosprezando deste modo a qualificação pedagógica do ensino».

«De que vale um estudante ter um professor que seja o melhor a nível científico se este não é capaz de transmitir os seus conhecimentos a esse aluno?», interroga Moleiro, frisando que para resolver a questão «surge a avaliação pedagógica».

Na reunião com o ministro da Educação, os jovens socialistas lisboetas levantaram questões como a reforma curricular, o financiamento do ensino superior e o associativismo. «A receptividade do ME às questões suscitadas foi a nota dominante», refere o boletim da JS de Lisboa.

MADEIRA

I Conferência autárquica

«Património e Acção Cultural» foi o tema no dia 28 da primeira da série de conferências autárquicas que o PS-Madeira prossegue nos próximos meses.

Esta iniciativa tem como objectivo principal debater todos os sectores de importância para a comunidade madeirense e os resultados servem de base à actuação dos socialistas da Madeira.

Na conferência-debate participaram o presidente da Associação de Defesa do Património Archais, José Conde Rodrigues, gestor do Quadro Comunitário para a Cultura e José Luís Aguiar.

Aguiar criticou a ligação cultura/turismo no organigrama do Governo regional da Madeira, o que contraria a «noção activa» que das iniciativas culturais, tornando-a um instrumento de propaganda dos governantes.

Por seu turno, José Conde Rodrigues sustentou que os projectos culturais devem ser apresentados pelos municípios, a que atribui também a responsabilidade de financiar, tendo em conta a realidade regional, as respectivas acções.

JS aberta ao voto aos 16 anos

A Juventude Socialista está aberta ao alargamento da idade de voto aos 16 anos, mas ainda não há certezas formadas, com opiniões que dizem que, antes de deixar votar, há que educar.

Dentro da JS, que a nível nacional debateu no dia 28 o assunto, em Lisboa, a tendência é a favor do voto a partir dos 16 anos, mas, como referiu Miguel Fontes, secretário de Estado da Juventude, o debate está agora a começar e não há ainda certezas definitivas sobre a opção mais certa.

Para Miguel Fontes, o voto aos 16 anos serve para «aproximar os cidadãos do discurso político» ou pelo menos para iniciar essa aproximação.

Em relação aos que dizem que não há maturidade naquela idade, afirmou que «é um falso argumento», Miguel Fontes defendeu que a democracia sai reforçada do voto dos jovens, «mesmo que seja imaturo».

Aliás, o voto informado e plenamente esclarecido não é um exclusivo de qualquer classe etária, disse.

Se os jovens de 16 anos votarem, os temas que lhes interessam terão mais «visibilidade» e atenção dos políticos, uma vez que passam a ser um voto que conta, acrescentou. A JS convidou o sociólogo da Universidade de Lisboa André Freire, que discorda do voto aos 16 anos por considerar que pode levar ao aumento da abstenção, uma vez que naquela idade as pessoas estão «menos integradas» e pode, por um «efeito perverso», aumentar a «demagogia e oportunismo» do discurso político apontado aos jovens.

Valorização e responsabilização dos jovens

O psicólogo Jorge Gravanita contrapôs que antecipar a idade de voto pode fazer com que o debate e a reflexão política comecem «mais cedo», além de contribuir para uma «valorização e responsabilização» dos jovens.

Em relação ao argumento da «imaturidade», Gravanita afirmou que «não é exclusiva» da faixa etária dos 16 anos. Se com aquela idade os jovens podem trabalhar e constituir família, podem também votar, uma vez que «não mais complexo ou difícil».

Em termos de «maturidade e desenvolvimento cognitivo», não há nenhum obstáculo ao voto a partir dos 16 anos, argumentou.

O psicólogo defendeu ainda que além de votar, os jovens devem poder «ser votados» aos 16 anos, mostrando-se a favor da maioridade também aos 16 anos.

Miguel Fontes mostrou-se contra a maioridade aos 18 anos, afirmando que não tem que haver equivalência entre a idade de voto e a idade elegível, apontando como exemplo a candidatura a Presidente da República, só possível a partir dos 35 anos.

Apontando exemplos de outros países, André Freire verificou que em quase todos os países da Europa Ocidental a idade de voto é igual ou superior aos 18 anos. As únicas excepções a nível mundial citadas foram o Brasil, em que se vota a partir dos 16 anos, e nas Filipinas, a partir dos 15.



JUVENTUDE SOCIALISTA

25 DE ABRIL NA AR

Jorge Sampaio



COMPATIBILIZAR A SOLIDARIEDADE COM A COMPETITIVIDADE

Neste dia, a que tão justamente damos o nome da Liberdade, celebramos esse valor em que assenta a nossa sociedade e que durante décadas nos foi negado. Celebramos a liberdade, conscientes de que, mais do que evocá-la, devemos praticá-la, renová-la, enraizá-la.

Neste aniversário de tão grata memória, comemoramos a democracia com a certeza de que temos constantemente de a aperfeiçoar, vivificar, aprofundar, pois é próprio dela reconhecer-se sempre imperfeita e inacabada. Essa característica, que pode parecer uma fraqueza, é, afinal, a sua força, a sua grande superioridade. Os totalitarismos é que se julgam perfeitos, absolutos e inultrapassáveis. A democracia tem consciência de que nada está definitivamente adquirido e de que a insatisfação é o seu melhor aliado.

Assim, olhando o caminho que percorremos, desde 25 de Abril de 1974, e o muito que conseguimos avançar, fazemos um balanço largamente positivo. Esse balanço entendêmo-lo, porém, como uma responsabilidade de ir mais além, de fazer mais e melhor. A história da democracia deve ser a história de uma exigência que não enfraquece, de uma vontade que não afrouxa, de uma responsabilidade que não diminui.

Sabemos que o Portugal de hoje é muito diferente, para melhor, daquele País oprimido, isolado e estagnado que a Revolução do 25 de Abril transformou. Mas sabemos também que temos o dever de tudo fazer para que os nossos filhos e netos vivam, no futuro, num país mais moderno e mais justo do que o nosso.

Por isso, o meu apelo, neste dia, é este: sejamos exigentes, sejamos insatisfeitos! Sejamos exigentes para não perder o que já alcançámos. Sejamos insatisfeitos para melhorar o que ainda não está bem.

Como Presidente da República e no plano em que me coloco, que é o dos grandes objectivos nacionais, dirijo-me aos portugueses, a todos, representantes e representados, governo e oposição, para vos dizer: recuperemos a energia da liberdade, façamos de Portugal a nossa ambição. Não nos deixemos invadir pelo desânimo, nem vencer pelo fatalismo. Não nos deixemos distrair pelas pequenas questões. Concentremo-nos no essencial. Quaisquer que sejam as dificuldades, a democracia contém as possibilidades de lhes dar resposta. Não nos esqueçamos que é do nosso futuro como comunidade nacional que se trata: não desistamos de ter um rumo claro, um caminho aberto, uma esperança activa.

Nesta sessão, por feliz decisão da Assembleia da República, que saúdo, assinalamos um quarto de século da nossa Constituição. Assinalar desta forma os 25 anos da Lei Fundamental do nosso regime



democrático é, por si só, celebrar a afirmação da nossa maturidade política e da nossa capacidade de vencer divisões, sobretudo se pensarmos nas circunstâncias conturbadas em que o texto constitucional de 1976 foi elaborado e aprovado, se recordarmos as controvérsias que, a seu propósito, se geraram. Muitos duvidaram, então, da longevidade de uma Constituição tão ideologicamente vinculada. A passagem do tempo fez, porém, esbater o que nela havia de mais conjuntural e deixa sobressair agora o que, sendo já essencial no texto inicial, foi capaz de suscitar o consenso da nossa comunidade e garante, por isso mesmo, a sua vigência no futuro.

Se considerarmos o tempo que decorreu desde 1976, verificamos que se desvaneceu progressivamente a tendência para a manutenção artificial de uma querela constitucional: a Constituição deixou de ser um objecto central de controvérsia política. Deixou de ser responsabilizada, seja da parte dos Governos seja das oposições, por pecados que verdadeiramente não lhe podem ser imputados.

Ao invés, consolidou-se a sua força normativa. Reforçou a capacidade, que deve ser a sua, de legitimação, de integração e de consenso nacionais. Por isso cumpre o papel para que está originariamente vocacionada: o de limitação e controlo do exercício do poder político; o de separação de poderes; o de salvaguarda e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Na vigência da Constituição, conseguimos alcançar objectivos dificilmente tidos como possíveis há 25 anos. A consolidação do

regime democrático, a integração europeia e a afirmação internacional do nosso país no concerto das nações, a modernização e o progresso económico, a generalização do acesso ao ensino e à cultura, a vitalidade das regiões autónomas e do poder local, a consciencialização ambiental, constituem o valioso legado da democracia às gerações do século XXI.

Por tudo quanto a Constituição permitiu que fosse realizado durante estes 25 anos, é devida uma justa homenagem aos deputados constituintes de 1975. Gratamente a expresso agora, aqui, em nome de Portugal.

É claro que o texto constitucional evoluiu significativamente desde 1976. Podemos, contudo, dizer que a Constituição é a mesma — porque nela perduram os princípios estruturantes fundamentais.

Tal como foram logo então definidos, no essencial, permanecem, inalterados na sua substância, os mesmos vínculos materiais da Constituição à forma republicana de governo, ao Estado de Direito, ao regime democrático, ao equilíbrio, separação e interdependência entre os órgãos de soberania, ao Estado unitário com regiões autónomas e à descentralização política e administrativa.

Ao contrário do que alguns temiam, esta é também uma Constituição cujo apego a princípios e valores não impede a adaptação e a abertura às mudanças ditas pelos novos tempos. Se dúvidas houvesse quanto a essa capacidade de renovação interna, aí estão as diferentes revisões constitucionais a dissipá-las, designadamente de 1982 — que deu ao sistema político o cunho definitivo que

ainda hoje apresenta — e a revisão de 1999, que consensualizou valores constitucionais e eliminou possíveis obstáculos a um desenvolvimento económico equilibrado. Ao longo destes 25 anos, a Constituição demonstrou sobejamente a sua capacidade, não apenas de garantir, com sucesso, a transição para uma democracia plenamente institucionalizada, como também para dar forma ao quadro jurídico estabelecido do novo regime democrático. A estabilidade constitucional é, em si mesma e enquanto factor de integração nacional, um valor a preservar. A Constituição só desenvolve a plenitude da sua força normativa se não estiver sujeita à precariedade, transitoriedade e contingência que afectam tantas leis ordinárias. Sem pôr em causa a eventual necessidade de alterações da Constituição ditas pelo imperativo nacional ou pelo aparecimento de novas e imprevisíveis situações, a Lei Fundamental só ganhará se for preservada de alterações supérfluas que possam ser substituídas, com vantagem, pela intervenção legítima do legislador ordinário.

Sempre que a Assembleia da República assume poderes de revisão e enquanto os respectivos processos não chegam ao seu termo tenho mantido, e continuarei a manter, a reserva que me é exigida pela exclusividade das competências parlamentares neste domínio. Com a autoridade que essa prática de contenção me confere, permito-me, hoje, chamar a atenção para a necessidade de dar cumprimento às injunções que resultam da revisão constitucional de 1997 e que não foram deixadas à discricionariedade do legislador ordinário. A esse respeito, congratulo-me com a disposição manifestada por esta Assembleia no sentido de dar cumprimento à norma constitucional que concede a grupos de cidadãos eleitores a facultade de apresentarem candidaturas às autarquias locais.

Nas preocupações que levaram à última revisão constitucional estava a premência de reforma do sistema político. Essas preocupações são legítimas e exigem o empenhamento de todos na superação dos bloqueios e deficiências de um sistema cujo funcionamento, sendo embora globalmente positivo, apresenta sintomas persistentes de erosão, designadamente no que se refere ao afastamento e desmotivação de tantos cidadãos.

Mas atenção: como tenho salientado em inúmeras ocasiões, a solução não estará, porventura, numa busca de soluções crispadas exclusivamente em torno de alterações constitucionais e legislativas que acabem por não corresponder, na prática, às expectativas que nelas se depositaram. É possível e necessário, no quadro institucional e constitucional vigente,

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

aperfeiçoar e corrigir o funcionamento do sistema político. Para tanto basta, em grande parte dos casos, pura e simplesmente dar cumprimento às leis em vigor.

Na sequência do que aqui vos disse no dia da minha posse e reportando-me à carta enviada ao senhor presidente da Assembleia da República, gostaria de abordar, ainda que sucintamente, a questão do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Como sabem, desde há muito que este tema merece a minha atenção. Assumi, na altura própria, posições públicas perante o total desfasamento da realidade que representava a anterior lei do financiamento. Mal parecia, depois de ter vivido, como candidato, a experiência da aplicação da nova legislação, que não partilhasse convosco as minhas reflexões. É indiscutível que a actual lei representa um progresso no sentido da contenção de certo tipo de despesas, inúteis ou sumptuárias, e de maior transparência dos financiamentos privados. Considero, todavia, que, apesar disso, se deve caminhar assumidamente no sentido do reforço do financiamento público das campanhas eleitorais, tornando-as mais independentes dos financiamentos privados. Só prosseguindo esse caminho se contribui para uma verdadeira transparência da vida nacional.

É importante, neste caso, continuar o esforço legislativo iniciado e ampliar de forma ousada a reflexão em torno deste tema. Nada devemos recuar: o aumento dos encargos do Estado pelo financiamento dos partidos políticos e das campanhas, consequência natural desta orientação, corresponde a um investimento público na consolidação da democracia e a um contributo para o reforço da credibilidade e independência do sistema. Há princípios reguladores das campanhas que se tornaram obsoletos face à evolução das sociedades, embora o essencial seja a determinação dos partidos para pôr fim a práticas de campanha eleitoral hoje ultrapassadas e inúteis. Contudo, o esforço de contenção das despesas eleitorais, tão importante perante os gastos extremos a que se chegou, não pode, todavia, ser elevada a limites que condicionem a efectiva capacidade de transmissão de uma mensagem política e a visibilidade da campanha eleitoral.

Assumido com sobriedade, pelos partidos e pelas candidaturas, o recurso aos meios necessários e assegurada a fiscalização rigorosa das receitas e despesas, um maior financiamento público pode vir a constituir uma decisiva garantia de transparência, igualdade das candidaturas e reforço da confiança dos cidadãos no sistema político.

Penso, em suma, que o valor do financiamento público actual é insuficiente e que o seu reforço, acompanhado de uma redução dos gastos eleitorais, representará uma garantia de maior transparência da vida política. E este é, como sabem, um objectivo fundamental por que tenho lutado.

Como já referi, o nosso país registou, desde 1976, mudanças notáveis, um progresso e um desenvolvimento

significativos. Mas há ainda muito a fazer. Todos sabemos que acontecimentos recentes trouxeram à luz do dia debilidades e carências que muitas vezes não vemos ou não queremos ver. Esse país esquecido, isolado, pobre existe e está entre nós. Não reclama apenas os nossos bons sentimentos. Exige acção e solidariedade. A consciência das nossas fragilidades não deve ser, no entanto, motivo de desânimo colectivo ou de retorno a um pessimismo que queremos ultrapassado. Demonstrámo-lo já, sobejamente, que somos capazes de realizações notáveis, de nos mobilizarmos por causas nacionais, de nos empenharmos, com sucesso, na modernização do país.

Assim, os importantes desafios que temos de vencer não nos devem atemorizar, paralisar ou levar-nos a enterrar a cabeça na areia. Devem, pelo contrário, servir para nos consciencializarmos de que o nosso desenvolvimento é, em muitos casos, ainda frágil, de quanto de aparente pode haver na nossa modernidade. A solução não está, seguramente, numa autoflagelação gratuita ou num passar de responsabilidades e culpas de uns para os outros – poder local e poder central, governo e oposições, Estado e sociedade. A lição que temos de reter é esta: os problemas não se resolvem com meras proclamações nem com voluntarismo. Resolvem-se com estudo, trabalho metódico, eficácia, com solidariedade, com coesão económica e social. Há que desenvolver, a todos os níveis – e eu assumo integralmente a responsabilidade que compete ao Presidente da República – uma cultura de exigência e de rigor, de prestação de contas, de responsabilização, de avaliação de resultados. E, quando é esse o caso, de sanção do desleixo, da negligência, da incompetência, da irresponsabilidade.

O Estado de Direito é um Estado em que o império da lei é posto ao serviço da protecção da dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais dos cidadãos. Temos, porém, de acabar com a atitude que leva a reivindicar - e ainda bem! – os nossos direitos, mas a não querer assumir – e ainda mal! – nenhum dever para com os outros e a comunidade.

Na passagem do aniversário do 25 de Abril de 1974 e nos 25 anos da Constituição, quero saudar calorosamente os militares de Abril e renovar-lhes o nosso testemunho de reconhecimento e de homenagem. Não esqueçamos a sua coragem e a sua generosidade.

Foi a aprovação e a actualização da Constituição do Estado de Direito que consagrou os principais desígnios originários do Movimento das Forças Armadas e a adequada integração das Forças Armadas no regime democrático. É ainda nessa linha que as Forças Armadas colaboram em missões de protecção civil e de satisfação de necessidades básicas das populações, cooperam na satisfação dos compromissos internacionais do Estado Português e participam em missões humanitárias de cooperação e de paz que dão, na actualidade, uma nova dimensão à protecção internacional dos direitos do homem e ao progresso das instituições democráticas.

Essa participação em missões internacionais representa um desígnio nacional e contribui para a nossa afirmação externa. Os militares dos três ramos das Forças Armadas têm cumprido essas missões com profissionalismo, competência e coragem, prestigiando o nome de Portugal a instituição e a que pertencem.

Cabe-nos agora participar no debate sobre os caminhos, as responsabilidades e os novos desafios que o futuro coloca à Defesa Nacional e às Forças Armadas portuguesas. Por isso, não me tenho cansado de referir a necessidade de as modernizarmos e reequiparmos, com vista a ultrapassar insuficiências e a adequar os meios existentes às necessidades. Sabemos que este processo é gradual e terá necessariamente de ter em conta as prioridades e os condicionamentos financeiros globais da acção do Estado. É, todavia, indispensável que as nossas Forças Armadas possuam elevados padrões de proficiência num contexto modernizado.

Para a reforma estrutural das Forças Armadas, é necessário o empenhamento responsável de todos os níveis de decisão, orientado por uma visão global da Defesa Nacional. Só assim se chegará à racionalização, à valorização e à optimização dos recursos existentes. Este é o tempo certo para o fazer.

A Assembleia da República vai apreciar brevemente alterações legislativas de importância fundamental para as nossas Forças Armadas e para a nossa política de defesa nacional. Refiro-me a diplomas relativos ao envolvimento de forças portuguesas no estrangeiro, à programação militar, às bases de organização das Forças Armadas e ao exercício de direitos fundamentais por parte dos militares.

Como Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, cumpre-me assinalar a importância destes instrumentos legislativos e manifestar o desejo de que a sua aprovação assente num consenso nacional duradouro, quanto às orientações e aos objectivos estratégicos da política de defesa.

Temos feito, nos últimos anos, um esforço de adaptação e actualização de conceitos e de normas, procurando responder às profundas transformações entretanto ocorridas no plano internacional e no plano interno. É necessário que esse esforço seja acompanhado de um debate nacional em torno das novas definições e actualizações estratégicas que, como todos reconhecem, são indispensáveis às exigências de um novo ciclo internacional. Este é um imperativo nacional e uma responsabilidade de cidadania.

Decorram já mais de dezoito anos desde a aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. É tempo e há condições, agora, para retirarmos as devidas lições da vigência de uma lei aprovada num contexto político datado, marcado por polémicas conjunturais e pela controvérsia sobre a natureza do sistema político a construir após o período de transição constitucional.

Na última revisão constitucional, a

Assembleia da República deu o devido relevo à participação portuguesa nas missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faz parte. Importa, agora, numa altura em que o Parlamento debate o acompanhamento de tais missões, dar a justa importância ao enquadramento jurídico e ao papel que nelas deve caber aos diferentes órgãos de soberania. A discussão em curso poderá ser uma ocasião excelente para uma clarificação de papéis e de responsabilidades, sem que para isso seja necessária uma revisão constitucional.

Nessa revisão constitucional de 1997, foi decidido ainda, por unanimidade, conferir uma representatividade mais alargada à composição do Conselho Superior de Defesa Nacional. Penso ser também esta a ocasião oportuna para, dando cumprimento à decisão constituinte, se proceder a uma reflexão sobre a natureza, composição e funções de um órgão relativamente ao qual é possível, agora, depois de quase duas décadas de funcionamento, ter um juízo assente na experiência.

A política de Defesa Nacional e a organização e disciplina das Forças Armadas são pilares essenciais do Estado democrático. Aos deputados incumbe um papel fundamental e insubstituível na adequação e actualização da definição conceptual estratégica e do quadro legislativo em que elas assentam. Estou certo de que a Assembleia da República me acompanha neste conjunto de preocupações.

Nos próximos 25 anos, o nosso País continuará a conhecer grandes transformações e vai ter que vencer muitos e exigentes desafios. Algumas dessas transformações são imprevisíveis, outras resultarão de tendências que já hoje estão presentes na nossa sociedade e que devemos analisar.

A diminuição da taxa de natalidade, conjugada com o aumento da expectativa de vida, significa que teremos uma população cada vez menor e cada vez mais envelhecida. Ambas estas tendências não são só portuguesas, são comuns à generalidade dos países europeus e preocupam-nos. Neste quadro, a elevação dos níveis de desenvolvimento vai passar pelo aumento da imigração e exige uma significativa subida da produtividade.

Se a imigração permite o crescimento económico em extensão, só o aumento da produtividade aumenta a riqueza que cada um de nós produz. Sendo certo que é difícil aumentar a produtividade a um ritmo tal que dispense a imigração, também sabemos que o acréscimo da imigração não aumenta, só por si, o rendimento individual. Para aumentarmos o nosso rendimento individual, temos que aumentar a produtividade. Este aumento deverá ser um objectivo permanente nos próximos 25 anos. Políticos, empresários, sindicalistas, universitários, todos os cidadãos terão que se perguntar, a cada instante: como produzir o mesmo com menos gasto de trabalho, de capital, de matérias-primas, com menos desgaste da natureza? Como produzir mais com o mesmo dispêndio de factores de produção? Como conter a

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

despesa pública sem sacrificar a qualidade dos serviços?

Por outro lado, o aumento da imigração pode constituir um factor de tensão social. Assim acontecerá se não soubermos ou não quisermos proporcionar aos imigrantes condições de integração na nossa sociedade. As dificuldades da integração estão a pôr-se para muitos imigrantes vindos da Europa de Leste e são notórias numa parte da segunda geração de imigrantes de origem africana.

Se, esquecendo as nossas responsabilidades morais de pais de emigração – que aliás continuaremos a ser –, não resolvermos a integração dos imigrantes estaremos a criar problemas sociais melindrosos. Perante as novas condições da imigração, o nosso dever passa agora por uma política de acolhimento que, desde o momento da chegada, permita assegurar condições de integração. O apoio ao ensino do português, a informação sobre a legislação portuguesa e a divulgação de um quadro de direitos, mas também de deveres, a que os imigrantes estão obrigados são os melhores caminhos para prevenir futuros fenómenos de exclusão social.

Temos de ganhar consciência de que a nossa sociedade está em permanente transformação e que essa transformação gera instabilidade. Devemos preparar-nos para respondermos às mudanças das relações sociais, procurando novos pontos de equilíbrio e tendo sempre em vista assegurar, em termos modernos, a coesão social.

Assim, é preciso encarar a família de uma forma nova, sabendo que é hoje um modelo em profunda evolução. Só assim ela poderá continuar a ser o primeiro factor de integração social. Temos que melhorar a escola que é, depois da família, o mais forte factor de integração. Temos que estimular a vida associativa, fonte de enriquecimento pessoal e de dinamização social.

Só reforçando a integração social e a coesão nacional, estaremos em boas condições para enfrentar as consequências de um panorama internacional e europeu que se afigura tão cheio de promessas como pleno de riscos. Esses riscos derivam de fenómenos como o aumento das desigualdades entre ricos e pobres, que mina a coesão de tantas sociedades, gerando instabilidade, violência e conflitualidade; como a sida e outras epidemias; como as agressões contra o ambiente e a dificuldade da comunidade internacional em concertar medidas para as conter, ainda recentemente postas em evidência pela controvérsia em torno do protocolo de Quioto; como o crime organizado e globalizado; o tráfico de drogas e, agora, também, de seres humanos; e ainda fenómenos como a multiplicação de conflitos de base étnica e religiosa; os fundamentalismos religiosos, de que o Afeganistão recentemente nos deu um terrível exemplo; a ausência de regulação do mercado mundial de capitais.

Eis uma lista de ameaças a lembrar-nos que passámos de um mundo de guerra-fria, assente no equilíbrio do terror, para um tempo de incerteza e instabilidade em que, aos valores da democracia, se opõem não



tanto as ideologias de cariz totalitário, caídas em descrédito, como o espectro da ingovernabilidade e anarquia em largas zonas do mundo. Perante ele, devemos tudo fazer, mesmo que seja dando pequenos passos, para aumentar a segurança e a paz da humanidade, até porque num mundo globalizado os problemas dos outros rapidamente se tornam problemas nossos.

Nesse sentido, o aprofundamento e o alargamento da União Europeia devem ser assumidos como um insubstituível factor de estabilidade, de paz e de desenvolvimento, que particularmente nos responsabiliza e desafia. Devemos dar a nossa melhor contribuição para esse processo, valorizando ao mesmo tempo a nossa vocação universalista e os laços que nos unem aos países lusófonos.

Como não me tenho cansado de dizer, a resposta aos desafios que enfrentaremos nos próximos anos resume-se numa palavra: educação. Só a educação nos permitirá ter voz e estar presente numa Europa e num mundo em mudança permanente.

A educação é condição indispensável para melhorar a qualidade da política, reformar a administração pública, aumentar a competitividade das empresas, assegurar a reforma da segurança social, vencer os desafios da integração europeia e da globalização. Sem mais e melhor educação não entraremos plenamente na sociedade da informação, não aumentaremos a produtividade, não nos tornaremos suficientemente competitivos. Da educação depende muito o civismo, a vivência da liberdade e a realização da democracia. Considero, por isso, que nunca será demais frisar, neste Dia da Liberdade, a sua importância.

Os avanços que fizemos nos últimos anos não devem iludir-nos sobre o muito que há a fazer nas escolas portuguesas, nos laboratórios e centros de investigação, nas empresas. É claro que o ponto de que partimos, em 1974, era muito diferente

daquele em que estavam os outros países da Europa ocidental. Essa é, verdadeiramente, a mais terrível, a mais persistente, a mais pesada herança da ditadura. E compreende-se porquê!

O acesso à educação condiciona a nossa capacidade de compreender e interpretar o mundo, de fazer escolhas e de exercer a cidadania. Numa sociedade em que o acesso à informação se generaliza, é preciso que a educação ensine a organizar, a escolher, a exercer o espírito crítico e o livre exame. Não podemos aceitar a inevitabilidade de uma sociedade amorfa, conformista, indiferente, em que a competição, o individualismo e o lucro sejam os únicos valores dominantes. É necessário desenvolver, desde o ensino pré-primário, a capacidade de cooperar, de assumir atitudes solidárias, de eleger valores. Nunca será demais sublinhar a importância da educação para a leitura, da educação científica, da educação ambiental e patrimonial, da educação para a comunicação social, para a prevenção rodoviária, para a adopção de estilos de vida saudáveis, para a solidariedade internacional.

Sou a favor de uma escola de exigência, de responsabilidade e de disciplina, uma escola de cidadania, que dê consciência dos direitos, mas também dos deveres. Acredito que vamos ser capazes de vencer o desafio educativo porque a educação começa a ser olhada como uma responsabilidade social de todos.

No último quarto de século vencemos desafios tão difíceis como aqueles que temos pela frente nos próximos vinte cinco anos. Vencemo-los porque a Constituição de 1976, que institucionalizou a democracia e o Estado de Direito em Portugal, se tornou num factor de coesão.

Foi a Constituição republicana e democrática, que permitiu a organização livre dos portugueses e o desenvolvimento da democracia, que tem permitido compatibilizar a solidariedade com a competitividade, a única forma socialmente útil de criar riqueza.

Foi a democracia instituída pela Constituição que possibilitou a nossa entrada na União Europeia, deu sentido ao esforço nacional graças ao qual fomos fundadores do euro e permitiu a Portugal reafirmar o seu lugar no mundo.

É a democracia que tem permitido mobilizar a energia criadora dos portugueses para que se cumpra o sonho trazido pelo 25 de Abril.

É a democracia que permite reforçar e actualizar os laços entre os portugueses que vivem e trabalham em Portugal e os que vivem e labutam nas sete partidas do mundo, assegurando a sua participação na vida colectiva.

Foi a democracia que nos permitiu dar passos decisivos no sentido da igualdade entre mulheres e homens, que nos deu o impulso para combatermos a exclusão, as assimetrias, as discriminações.

Foi a democracia que nos permitiu consolidar o Estado laico, a liberdade religiosa e a liberdade de não ter religião. Foi a democracia que propiciou a criação de um clima estável de convivência cívica e de tolerância.

Será a Constituição republicana e democrática que permitirá, nos próximos 25 anos, enfrentar e vencer os desafios de hoje e os que surgirão amanhã.

Será a democracia – uma democracia mais participada – que, no próximo quarto de século, permitirá manter a unidade dos portugueses na sua diversidade.

Será a democracia – uma democracia mais dinâmica – que nos possibilitará continuar a vencer os desafios de integração europeia.

Será a democracia – uma democracia mais sólida – que, no próximo quarto de século, harmonizará a solidariedade social e a defesa do ambiente com o necessário aumento da competitividade económica e da modernização.

Será a democracia – uma democracia mais aprofundada – que nos permitirá ter uma sociedade mais aberta, um país mais descentralizado, um território mais ordenado, um poder local mais renovado. Será a democracia – uma democracia mais transparente – que atrairá mais jovens para o serviço público e que reforçará o prestígio das instituições e a sua ligação aos cidadãos.

Será a democracia – uma democracia mais moderna – que criará melhores condições para a afirmação da nossa comunidade científica e dos nossos criadores culturais. Será a democracia – uma democracia do século XXI – que nos fará sentir a todos mais cidadãos, mais participantes, mais responsáveis, mais livres.

Por isso, dirijo-me aos portugueses, para vos dizer: não esqueçamos que está nas nossas mãos fazer com que as gerações futuras nos olhem como os portugueses que, com sabedoria e esforço, foram capazes de vencer as dificuldades e construir um novo Portugal – o Portugal do 25 de Abril. Essa honra de amanhã é a nossa responsabilidade de hoje. Lutemos, pois, em conjunto, por mais e melhor democracia; lutemos por uma democracia de cidadãos e por uma República de mulheres e de homens livres.

Viva a Liberdade! Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

25 DE ABRIL NA AR

Almeida Santos



ABRIL SERVIU DE INSPIRAÇÃO PARA O DERRUBE DE MUITAS DITADURAS NO MUNDO

As coisas raras são as mais apreciadas. Mas Vossa Excelência, sr. Presidente da República, subverte essa regra. Quanto mais a sua presença nesta cerimónia se repete, com a certeza com que se repete a Primavera, maior é a honra que com isso nos dá.

Recordar Abril não é um hábito. É um tónico. Vossa Excelência pertence também à memória de Abril. Bem haja por, mais uma vez, ter querido estar connosco a comemorar o que deve ser comemorado, e a lembrar o que não deve ser esquecido.

Ilustres capitães de Abril: esta festa é vossa, antes de o ser de quantos amam a Liberdade. Ninguém a amou mais do que vós. Caros deputados constituintes: Abril é também a sua Constituição. Sois os «capitães» das tábuas da lei de Abril.

Senhores Convidados: sois bem vindos a esta sessão solene. Sois garantes da sua solenidade.

Em 25 de Abril de 1974 foi o Dia da Liberdade. Depois, foi a consolidação possível da liberdade de todos os dias.

Também do futuro? Nenhum de nós está preparado para voltar a perdê-la. E não é que, por vezes, resisto mal à impressão de que há quem esteja apostado nisso?

Tenho aproveitado as solenidades deste dia para um apelo à reflexão sobre os riscos, novos e velhos, que a liberdade pode ainda correr. Que melhor homenagem posso prestar-lhe?

Outros a jurarão eterna e lhe entoarão hossanahs! Os jovens, porque nunca conheceram o seu reverso. Os mais velhos, precisamente por o terem conhecido.

Também me esforço por acreditar em que, desta vez, a democracia e a liberdade vieram para ficar. Mas não foi nisso que acreditaram as vítimas dos fluxos e refluxos das suas históricas marés?

Houve, como sabemos, democracia no Mundo Antigo. E deixou de haver. Quem, no apogeu das democracias grega e romana, seria levado a admitir o ocaso do seu brilho?

Na era moderna, as democracias nascentes das revoluções americana e francesa, contaminaram de liberalismo político e de esperança utópica o século XIX. Portugal viveu também os entusiasmos e as decepções dessa maré libertadora. Um após outro, os países europeus deixaram-se seduzir por essa boa nova.

Parecia definitiva. Mas não foi. Mussolini, com a sua marcha sobre Roma, deu o mote. Uma década depois, Hitler, explorando os níveis de desemprego e desordem consequentes da depressão económica dos anos trinta, seguiu-lhe os passos. Democracias menos consolidadas foram objecto de golpes sediciosos. Foi o caso da nossa primeira República. Foi o caso da República Espanhola.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, nova maré democrática repôs as melhores

esperanças dos que se haviam recusado a perdê-las. A ocupação pelos aliados de países vergados à ditadura nazi-fascista, recolocou no poder e no coração dos homens o ideal democrático e a prática da livre escolha.

Enfim para sempre? Não tanto! No início da década de sessenta, regimes da América Latina, e da Ásia entraram em refluxo autoritário. Antigas colónias britânicas, francesas, holandesas, belgas e por fim portuguesas, quiseram ser livres para experimentarem o modelo autoritário dos países do Leste, onde as águas políticas continuavam a não ter marés. Mas também foi ilusão de pouca dura.

Onde e quando começou a nova vaga democrática? Em Lisboa. No dia 25 de Abril de 1974, ao som de uma canção profética. A dialéctica histórica dos fluxos e refluxos da democracia e do autoritarismo, escolheu-nos desta vez para seu cenário. A libertação de Abril foi demiúrgica para a novíssima maré.

Foi o novo rastilho. Dezenas de países europeus, sul-americanos e asiáticos, seguiram o exemplo dos nossos heróicos capitães de Abril e apearam, até ver

definitivamente, os seus algos. Uns por via evolutiva, como a Espanha. Outros por golpes de Estado ou insurreições violentas, sacudiram uma vez mais o jugo autoritário, quando não totalitário. O processo de descolonização consumou-se. O Muro de Berlim caiu. O Mundo soviético desmembrou-se. A guerra-fria acabou. A bipolarização dos modelos políticos e económicos tendencialmente se reduziu à unidade.

O modelo económico liberal pôs o pé, para a fotografia, sobre o cadáver do agonizante modelo económico centrado e colectivista. De um momento para o outro, onde era a opressão foi a liberdade. Onde era o dirigismo foi a livre competição. Onde era a ditadura foram a representação democrática e foi o voto. Onde era o pau mandado foi o cidadão. Onde era o medo foi a distensão.

E agora, finalmente, como nas histórias para adormecer as crianças, seremos felizes para sempre?

Eu sei que é de mau gosto duvidar disso num dia festivo como hoje! Pois não daria eu prova de algum juízo limitando-me a saudar mais uma vez, com a sinceridade de sempre, os heróicos capitães de Abril, que acertaram o risco de morrer para que todos pudessemos ser livres? Eles foram autores de um feito histórico que poucos recusarão reconhecer. Mas, como tantas vezes acontece, foram-nos sem clara consciência, que não podem ter tido, de que viravam, não apenas uma página da história política portuguesa mas, por simpatia, uma página da história política universal.

Abril serviu de inspiração e mote para que muitos outros povos oprimidos lhe seguissem o exemplo. A liberdade empunhou a vassoura dos Direitos do Homem e varreu do mapa-mundi dezenas das ditaduras que restavam. Que o diga esse «polegarzinho» teimoso e

heróico que é o querido Povo de Timor! Pois nem assim tenho por indubitável que a liberdade e a democracia não voltem a ter regresso. Que o fantasma do Big Brother seja só uma ficção do Orwell para uso televisivo. Será?

O primeiro refluxo democrático esteve causalmente ligado à depressão bolsista e económica dos anos trinta do século passado. Poderemos nós ter a certeza de que a euforia que reina no Casino Universal das Bolsas, a raiar a mais colectivizada das paranóias, tem um sólido seguro de prosperidade «ad aeternum» nos famosos equilíbrios automáticos da «mão invisível», já que se lhe não conhecem instrumentos de regulação universal?

Se temos, durmamos tranquilos. Mussolini, Hitler, Salazar, Franco e outros adeptos do safanão a tempo e da mão pesada, basearam o seu poder, e desde logo a sua conquista, na defesa da ordem. A ordem como supremo bem. O autoritarismo repressivo como supremo remédio. O livre pensamento encarcerado no dogma.

Para serem mais convincentes, elegeram específicos culpados: os judeus, os comunistas, os negros, os inreus. E nunca encontraram dificuldades em fomentar os ódios mais direccionados e mais convenientes. Os ditadores nunca foram os únicos culpados.

Podemos nós ter a certeza de que não volta a repetir-se nas democracias modernas o receio da desordem – traduzida no aumento da insegurança e da criminalidade, na expansão dos tráficos ilícitos, no recuo da autoridade do Estado, na dissolução das famílias, na ineficácia das escolas, no apagamento dos valores e no vazio dos espíritos – e em consequência disso uma nova apetência de mais ordem, mais repressão e mais autoridade? Podemos nós ter por certo que os «hitlerzinhos» que voltam a ganhar votos nas arenas políticas não representam o perigo em germe do regresso de novos surtos epidémicos de autoritarismo, racismo e xenofobia?

Se temos, continuemos a dormir tranquilos. Com a população do Mundo a crescer à razão paranóica de mais cem milhões-ano de potenciais trabalhadores à procura de emprego, já sem cancelas que os impeçam de procurá-lo em não importa que mercado; e com a explosão informática a dispensar cada vez mais suculentas fatias de esforço humano, será que podemos alimentar a esperança de uma suave e pacífica transição da sociedade do trabalho – e do salário como principal instrumento de repartição da riqueza – para a sociedade do lazer, já esgotada a margem da redistribuição do emprego que houver, pela redução do tempo de trabalho e pelo reforço da produtividade?

Se podemos, continuemos a regar placidamente o nosso jardim.

Com a riqueza a concentrar-se em cada vez menos mãos, a pobreza e a exclusão social a

expandirem-se por cada vez mais unidades de fome e de revolta, podemos nós continuar a abstrair da carga socialmente explosiva dessa mistura, potenciada pelo efeito multiplicador da informação universal, à espera do rastilho de outra revolução francesa, outra revolução soviética, ou outro Maio de 68?

Se podemos, continuemos, tranquilamente, vidrados no nosso televisor.

Com os meios de produzir violência impune cada vez mais sofisticados, acessíveis, destrutivos e organizados, à mão de semear de qualquer fanático ou de qualquer patife; e com as máfias do crime organizado a acumularem fortunas que, depois de lavadas, são investidas na economia legal, e convertidas em poder político, podemos nós continuar a confiar cegamente nos automatismos da regulação pelo mercado livre e universal – ou seja de regulação nenhuma, como convém aos que o hegemonizam – convictos de que caminhamos para a harmonia universal?

Se podemos, continuemos a navegar de ouvidos moucos aos «avisos à navegação». Mas, se acaso entendermos que estas e outras tendências se identificam com as causas históricas dos fenómenos de refluxo das marés democráticas, com o consequente recuo das liberdades fundamentais, receemos o regresso dos mesmos efeitos e cuidemos de preveni-los com todas as forças da nossa alma.

Na história da civilização foram caras as conquistas definitivas. A democracia e a liberdade nunca o foram. Sê-lo-ão desta vez? É tentador acreditar que sim. Mas não deixa de ser prudente admitir que não. Com a televisão universal, escola por excelência, a leccionar a vulgaridade, a competição, o irracionalismo e a violência; com a família incapaz de voltar a ser a primeira escola; com a escola oficial a cumprir penosamente a função de segunda; com a sociedade civil a questionar com gáudio o bem fundado do poder político, os seus órgãos, e os seus agentes; com estes em inculcável processo de desgaste, se não de desadequação, à era post-moderna, post-ética e a muitos títulos já para-nacional; com o cidadão comum entre indiferente ao exercício dos direitos que tem, e aparentemente ansioso por exercitar os que não tem; com o indivíduo desquizado de valores e progressivamente de deveres, em plena vaga de amoralismo triunfante; com uma relação egoísta no lugar de uma relação solidária; com as tradicionais formas de legitimação democrática em processo de erosão preocupante; com frequentes apelos a mais repressão como única resposta a mais insegurança, inclino-me a admitir que pode estar uma vez mais em gestação o mesmo caldo de cultura em que, no passado, a ordem foi julgada mais valiosa do que a liberdade. Despeço-me deste tema recomendado aos mais confiados numa reflexão sobre a Primeira República. Aprende-se muito revisitando

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

anteriores fracassos. E relendo Maquiavel, naturalmente!

E fico-me por aqui, não vá o meu amigo António Guterres dizer-me que, mais uma vez, perfilhei uma escatologia de fim do Mundo! A verdade é que, com o mesmo Mundo, já morreram muitas civilizações. E nada nos garante que a nossa seja imune a esse risco. Ele sabe isso, porque tem a paixão da história. Sabe também que, quando revelo preocupações e tento epidemizá-las, o não faço "sub speciae" do nosso país em concreto. Desse ponto de vista, não acompanho sequer o hipercriticismo radical de alguns comentadores políticos. Não temos, longe disso, o alto da desgraça. Os neocandidatos a ditadores ainda não subiram acima das páginas de jornais sem leitores. Os computadores ainda nos não deram cabo do emprego. O produto vai crescendo ao nível dos padrões que nos são próprios. Políticas sociais têm corrigido os impetus invisíveis de uma riqueza que, mesmo quando sabe multiplicar, não sabe dividir. Somos uma democracia europeia não envergonhada e um Estado de Direito que nos não envergonha.

Mas é claro que não faltam áreas em que o progresso é lento e difícil, e até outras, que não são exclusivo nosso, como a da segurança individual, em que não podemos sequer falar de progresso. São áreas de crises civilizacionais sem pátria.

Só que este juízo sobre outros países que têm mais razões para se preocuparem, se não sobre a Comunidade Internacional toda ela, não me serve de consolação. Hoje mais do que nunca, nenhum país se pode julgar a coberto do que de negativo acontece nos demais. A globalização é também isso.

Mas passa hoje também o 25º aniversário da entrada em vigor da Constituição da República.

Por feliz acaso, essa data coincidiu com a do reencontro do nosso País com os seus valores mais irrecusavelmente estruturantes: o amor à Liberdade, a opção pela Democracia e pelo Estado de Direito, a fidelidade à República e aos seus sacramentos.

Sem negar que a Constituição de Abril nasceu datada – o que veio a ser confirmado pelas respectivas revisões – de balde se pretenderá que nasceu da aliança da exaltação com o vazio.

A exaltação, existiu. E melhor fora que não tivesse existido. De meio século de frustrada espera da democracia e da liberdade, não podia esperar-se a indiferença ou a resignação. O seu regresso foi assim sublinhado pela embriaguez de uma conquista e o sobressalto de uma revolta.

Tive a felicidade de assistir, em plena Av. da Liberdade, ao primeiro reencontro colectivo dos portugueses com os mais genuínos valores da sua identidade. Qual vazio!... Esses valores só encheram aquela «Agora» imprevisível porque, durante meio século, tinham permanecido intactos na alma portuguesa.

A Constituição material, subjacente à futura constituição escrita, revelou-se ali, na embriaguez da liberdade sem algemas, na espontaneidade da ordem sem gendarmes, na coesão das esperanças sem sombras, na harmonia dos cânticos sem notas fora do tom. Se a nova ordem pudesse ter sido assim!...

Não foi, nem podia. As rupturas constitucionais cobram alto preço. Tinham-no cobrado na dança infernal das constituições liberais, antiliberais, protoliberais, da República e da ditadura que a derrubou. A Constituição de 1976 situou-se assim na linha de descontinuidade do constitucionalismo português. E teve de ser parturejada numa encruzilhada de tensões e conflitualidades.

À saída de uma revolução que fragmentou a unidade ficta da componente militar. À saída de uma guerra colonial em três frentes, sem outro futuro que não uma humilhação militar numa delas, com todas as consequências desse desfecho nas demais frentes e na coesão das próprias Forças Armadas. À saída de uma situação de isolamento internacional, ultrapassada por arranjos compromissórios de impossível recusa! À saída de um processo de descolonização que dificilmente podia ter sido menos tormentoso, condicionado como foi por pressões, quando não imposições, militares e civis, internas e externas, quantas vezes contraditórias e quase sempre inelutáveis. À saída, pois, da perda da nossa extensão colonial e dos correspondentes equilíbrios económicos. À saída do regresso de centenas de milhares de cidadãos portugueses que viviam no Ultramar, e que, tendo perdido os seus haveres, as suas ocupações, os equilíbrios e o conforto das suas vidas, se viram condenados a recomeçar a partir do desespero e do zero.

À entrada do primeiro choque petrolífero, que fez vacilar as economias mais sólidas, e de todo desarticulou as economias mais débeis. Em plena oclusão de uma irreprimível euforia multi-partidária que num repente pulverizou a possibilidade de qualquer homogeneidade ideológica ou coesão nacional. Em plena erupção de ideais utópicos por longo tempo reprimidos.

Na sequência de sucessivos governos provisórios sem controlo parlamentar, heterocondicionados por um difuso poder popular de gestão espontânea e inorganizada. Na sequência de uma grave crise presidencial, com acidentes como a crise Palma Carlos, o episódio pré-insurreccional do 28 de Setembro, e o falhado golpe insurreccional do 11 de Março, que levou à substituição do Presidente que havia sido objecto de legitimação revolucionária.

Na sequência também do fracassado golpe insurreccional de 25 de Novembro, que mais uma vez colocou o país à beira de uma conflagração civil. Na sequência, enfim, de um clima político, militar e civil de tendencial anarquia em que chegou a ser questionada a oportunidade, se não a justificação, da eleição de uma assembleia constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição da República.

Isto para já não incluir, no rol dos sobressaltos implícitos no estado de espírito dos constituintes, os incidentes ocorridos durante os próprios trabalhos. São por demais conhecidos, e os facultativos recomendam que deixemos as cicatrizes em paz.

Retomada chegou a ser, como se sabe, a ideia anteriormente expressa, por altos responsáveis políticos, de fazer aprovar a Constituição por recurso a um referendo de contornos plebiscitários.

Estas foram as principais condicionantes político-sociais da Constituição da República.

Mas não são as únicas. É sabido que, não faltaram também condicionantes político-legais as mais diversas. Desde logo o Programa do MFA; o programa do Primeiro Governo Provisório; a Lei 3/74, de 25 de Abril, que estruturou a Constituição provisória do novo regime; os Pactos MFA-Partidos e a consequente Plataforma de Acordo Constitucional; a preponderância de um Conselho da Revolução elevado à categoria de órgão do poder político; e decorrente situação de uma dupla legitimidade constitucional: a democrática e a revolucionária. Por sobre tudo isto, a erupção de uma transitória (soube-se depois que o era!) constituição material, entrecida de ideias, convicções e comportamentos a que o título de «populares» conferia aparentes características de genuinidade, e essencialidade.

Em semelhante situação, mesmo os que intuíam que não era inteiramente essa a Constituição material a captar, acabaram por aceitar os imperativos dela, de preferência a terem de resignar-se a não se aprovar nenhuma. A Constituição vinha, não obstante, a ser aprovada por uma maioria da raia do consenso.

É a pensar em tudo isto que compreendo o prof. Gomes Canotilho quando coloca a questão de saber «de quantas constituições é composta a nossa Constituição».

Porque invoco eu todos estes acontecimentos?

Porque não encontro melhor justificação para homenagear, como devo e quero, os ilustres deputados constituintes, presentes e ausentes, vivos ou já falecidos, não só pelo facto de terem sido capazes de nos legar a Constituição que nos legaram, mas por terem sido capazes, em condições tão problemáticas, de aprovar «uma» constituição. E não uma constituição qualquer! Mas uma Constituição que reflecte o melhor do espírito de Abril, e que em muitos aspectos antecipou o que viriam a ser as constituições das nascituras democracias: um regime de democracia aberta, pluralista e pluripartidária; um Estado de Direito perfeccionável a prazo; um catálogo de direitos fundamentais que foi além da própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, esculpido, sem regresso, na própria essência da identidade nacional; um conjunto de preocupações e garantias sociais à época revolucionárias, hoje convencionais; um sistema político-organizativo que, expurgado, como logo se previu, da sua transitória componente castrense, já então se não distanciava dos padrões constitucionais europeus, e que no essencial se mantém; um sistema eleitoral que tem funcionado sem substanciais reparos, e que, mesmo depois de potencialmente flexibilizado, basicamente subsiste; um quadro judiciário para o qual não têm sido encontradas alternativas portadoras de substancial novidade; um desenho regional que vinha a registar desenvolvimentos, mas não subversões.

Nasceu então perfeita? Claro que não! Disse-se que nasceu ideologicamente datada. É verdade. Mas esse defeito foi corrigido na oportunidade e pela forma nela previstas.

Disse-se que nasceu por demais discursiva e programática. De igual modo se lhe corrigiu a semântica e se lhe eliminaram ou corrigiram as mais características normas-programa.

Disse-se que nasceu economicamente situada. Também isso é verdade. Foi essa uma das principais ilusões da constituição material prefigurada. Mas a sua segunda revisão recentrou-a economicamente à luz de outros sinais dos tempos, esses mesmos menos definitivos e até virtuosos do que então se julgou.

Disse-se que nasceu demasiado castrense. Mas essa característica tem explicação conjuntural, e foi à época da sua gestão julgada a justo título, pelas principais fontes partidárias, expressão de flexibilidade e prudência política.

Disse-se enfim que nasceu mais revolucionária do que democraticamente legitimada. É certo que nela coexistiram essas duas fontes legitimantes. Mas não creio que a relação seja essa. No essencial, o resultado da influência revolucionária foi menos relevante, e sobretudo mais provisório, do que o resultado da legitimação democrática.

Tudo me impede assim para agradecer reconhecidamente aos ilustres deputados constituintes, a quem comovidamente saúdo – na pessoa de cada um, e a todos na memória dessa figura emblemática de «bonus vir» que foi o prof. Henrique de Barros, relembro a sua superior condução dos trabalhos. Em breve o teremos de novo entre nós, perpetuado em bronze, não vá a gratidão durar menos do que esse nobre metal.

Faço-o em meu nome pessoal e em representação da Assembleia da República, que neste momento volta episodicamente a ser constituinte, embora a título derivado. Louvo-vos a determinação, a inteligência, o equilíbrio, a correcta leitura das determinantes conjunturais que vos condicionaram. Sem esquecer a lucidez da previsão de que não tínheis aprovado um texto para a eternidade, e de que, no mínimo ao fim de cinco anos – se não antes, em excepcionais condições – seria necessário proceder ao seu «aggiornamento».

Assim se fez, sem sobressaltos dignos de registo. E das suas revisões se pode dizer que a actualizaram e aperfeiçoaram sem no essencial a descaracterizarem. Sem prejuízo das substanciais mudanças no tecido político e no modelo económico originais, e das significativas descargas do peso ideológico e programático com que nasceu, temos hoje de reconhecer que as inovações mais significativas, no que tiveram de efectivo, e sobretudo de potencial, foram as janelas abertas aos reflexos dos tratados constitutivos da Europa Comunitária e da União Europeia, no sistema jurídico e constitucional português.

Preparemo-nos: foi assim e vai continuar a ser. Para a profecia de que novos limites serão impostos à soberania dos velhos Estados europeus, a benefício da crescente primazia do direito comunitário sobre o seu próprio direito, não é preciso ser profeta. Basta não andar distraído.

Mas essa é outra reflexão e outra história. No dia de hoje, neste lugar que a Democracia sagrou como sua sede; e perante assistência tão qualificada e tão luzida, esta modesta reflexão foi apesar de tudo a forma que encontrei para homenagear os capitães e os constituintes de Abril. Os primeiros, restituíram-nos a Liberdade. Os segundos outorgaram-nos as tábuas da sua nova lei.

VIOLÊNCIA DA EXTREMA-DIREITA FOI COBERTA COM O MANTO DO ESQUECIMENTO

Permitam-me iniciar esta alocução comemorativa com uma ligeira nota biográfica e pessoal: pertencço à última geração que foi em Portugal privada de liberdade. Completam-se amanhã 27 anos sobre o dia em que recebi das mãos da poetisa Sophia de Mello Breyner uma rosa singela, como primeiro preso político a abandonar as prisões da ditadura.

Aos 20 anos a sede de liberdade é incontinente e antecipei-me aos outros todos na ânsia de respirar o ar leve daquele dia claro e límpido... O meu sentido agradecimento aos senhores militares de Abril, aqui presentes, a quem todos devemos a devolução da liberdade e a quem eu devo também, na acepção mais literal possível, a devolução à liberdade...

Sou-vos mais devedor, portanto, que o comum dos cidadãos. Deixem-me evocar dois de vós, já desaparecidos, que exemplificam, em vosso nome, as virtudes de probidade republicana que permitiram a estabilização constitucional do período revolucionário: os nossos saudosos Salgueiro Maia e Ernesto Mello Antunes.

A todos aqueles – que conheci ou de muitas gerações anteriores – cuja coragem cívica contribuiu para a restauração das liberdades e da Democracia em Portugal, nesta casa e nesta sessão solene, exprimo respeito e presto homenagem.

Comemoram-se hoje igualmente os 25 anos de entrada em vigor da Constituição da República. Um ano antes, em 25 de Abril de 1975, as eleições para a Assembleia Constituinte começaram a fazer reverter uma dinâmica que faria resvalar o País para a confrontação. Em 25 de Abril de 1976, consolidou-se a matriz democrática e constitucional do regime saído da Revolução. Subsequentemente, as revisões de 1982 e 1989 afeiçoaram o texto constitucional ao modelo de uma Democracia representativa plena e às necessidades de uma economia aberta. Mas a Constituição conservou o seu impulso inicial progressista de acto fundador de uma Democracia tornada possível por uma ruptura revolucionária com uma situação de opressão e de isolamento. Saúdo os senhores deputados constituintes aqui presentes e a obra que nos legaram como trave-mestra da nossa convivência democrática.

Gostaria de evocar igualmente o terceiro momento fundador do regime democrático-constitucional: a adesão às Comunidades Europeias. Por essa via, Portugal reencontrou um quadro de inserção externa estável, depois de esgotado o ciclo colonial; por essa via, também, criou-se um impulso decisivo a uma sociedade e a uma economia mais abertas, dando saída a tendências modernizadoras que se registavam na sociedade portuguesa já desde a década

de 60, mas cuja dinâmica era contrariada pelo regime ditatorial e pelo impasse da situação colonial.

Alcançada a integração na moeda única e cumprida a agenda da convergência nominal, a nova agenda europeia ou será ambiciosa e progressista ou será muito pouco. A presidência portuguesa da União colocou de modo definitivo na agenda europeia os temas da qualificação e da qualidade do emprego, da sociedade digital e da nova economia – apesar de tudo, a União fê-lo com cerca de uma década de atraso relativamente aos Estados Unidos. A actual presidência sueca da União imprimirá igualmente, assim o cremos, uma marca progressista ao processo de construção europeia. As questões ambientais assumirão uma nova importância. Simultaneamente, a construção de um espaço europeu de justiça e segurança e a entrada em funcionamento do Tribunal Penal Internacional são marcos evidentes de um progresso civilizacional e da afirmação de uma cultura universal dos direitos humanos.

São estes os três momentos fundadores do regime democrático-constitucional, como quadro de convivência cívica nacional e como elementos configuradores de uma identidade nacional ancorada, simultaneamente, na História e nos valores de uma cultura comum europeia de respeito pela dignidade individual e pela tolerância cívica da pluralidade das opiniões.

São estes os valores estruturantes de uma Ética pública democrático-constitucional

que devem ser vertidos nas leis da República. Só assim se dará curso à intenção generosa e libertadora do 25 de Abril, se cumprirá o espírito da Constituição e se respeitará o acervo cultural europeu que é hoje sustentáculo fundamental de uma identidade nacional projectada para o futuro.

As leis da República são quadros de regulação de uma convivência democrática. Elas deverão respeitar e promover a dignidade igual de cada cidadão, chamando a si o que é essencial para a estabilidade da vida em sociedade e remetendo para a esfera privada de consciência ou para as crenças individuais ou de grupo a orientação nas restantes matérias. Este ganho civilizacional, que desde o período iluminista e liberal faz parte do acervo cultural europeu, inspira e inspirará o espírito com que esta Assembleia legisla e tem legislado.

Infelizmente, o consenso liberal e constitucional sobre estes princípios elementares é prejudicado por todos aqueles que os transmudam em ofensiva radical contra valores estabelecidos, seja por parte de um agendamento monotemático de questões «fracturantes», seja pela reacção simétrica daqueles que não reconhecem na Constituição da República e no seu sistema de valores o quadro basilar de convivência social.

Sou dos que acredito que os eventos que hoje comemoramos constituem recompensa suficiente para todos os que em Portugal lutaram, ao longo de décadas, pela liberdade. Não conseguimos evitar que o processo de descolonização e a

intenção descolonizadora fossem afectados pela eclosão de conflitos fratricidas ou por uma invasão externa, como no caso de Timor. Mas mantemos uma relação correcta e estável com os países emergentes da descolonização, a quem deixamos como legado histórico uma língua comum e fronteiras estáveis. Não conseguimos evitar que a consolidação da nossa convivência democrática tivesse sido manchada por actos espúrios de violência da extrema-direita e da extrema-esquerda: aos últimos, conseguimos ainda o Governo da República – presidido por Mário Soares e tendo como ministro da Justiça Rui Machete – dar combate, desmantelando a sua organização e entregando os presumíveis autores ao poder judicial; a violência da extrema-direita, essa, foi coberta com o manto do esquecimento.

Temos pela frente desafios imensos para poder cumprir o objectivo político que é colocar Portugal no espaço de uma geração no patamar médio de desenvolvimento e bem-estar da União Europeia. Travaremos nos próximos anos uma luta, simultaneamente tenaz e subtil, para evitar a periferização de Portugal no processo de construção europeia.

Mas a consciência das dificuldades só pode fazer crescer a determinação de as vencer. O dia de hoje não pode ser senão para todos aqueles que sonharam com um amanhecer claro e límpido uma afirmação de esperança lúcida e de vontade determinada.

Viva a Liberdade. Viva a Constituição. Viva Portugal.



REFLEXÃO

Jorge Coelho

COMO ALGUÉM COSTUMA DIZER... É A VIDA



Verdade seja dita. As últimas semanas não têm sido fáceis para o líder do PSD.

O prenúncio começou há quinze dias no comentário do Professor Marcelo Rebelo de Sousa na TVI.

«O primeiro-ministro está convencido que na hora da verdade quem lhe aparece pela frente do PSD é alguém que é fácil de vencer...»

E se isso não acontece?! E se o PSD, por uma questão de sobrevivência, escolhe quem naquele momento está em melhores condições de ser primeiro-ministro? Porque é um risco muito grande julgar que os outros são estúpidos...»

Reconhecamos que este atestado de incapacidade política que é passado à actual liderança do PSD não é das coisas mais agradáveis que o Dr. Durão Barroso tem ouvido nos últimos tempos.

Mas em seguida, numa tentativa de orientar a agenda política, o PSD marca uma

interpeleção na área da saúde. Joga tudo por tudo. Martela diariamente todos os grandes e pequenos problemas que existiram e ainda existem neste complexo e difícil sector.

Anuncia o massacre total do Governo e da Ministra da Saúde.

E, jogando tudo por tudo, é colocado o seu líder no leme do ataque na própria interpeleção.

Passou a interpeleção e o que ficou? Ao que dizem toda a comunicação social e um conjunto significativo de dirigentes do próprio PSD foi uma grande oportunidade perdida. A acção foi um *floupo*.

O *clíc* que os conselheiros do Dr. Durão Barroso lhe anunciam há tanto tempo mais uma vez falhou. Mas vão mais longe. O PSD disse mal de tudo, pôs em causa tudo, mas de alternativo, de construtivo, de positivo nem uma só ideia, nem uma só proposta.

Logo a seguir veio a crise interna.

O líder do PSD desafia o Líder da Distrital do

Porto. Este responde contra atacando com a frase que ficou no ouvido de todos nós: «A liderança do PSD é frouxa».

Para perceber melhor o alcance da afirmação consulte o Dicionário Enciclopédia Larousse. «Frouxo - Mole, Lasso, brando, fraco, tibio». E a tempestade instalou-se. E aqui aparece uma curiosidade. A generalidade dos comentários nomeadamente os internos, não põem em causa a afirmação mas sim o *timing* com que foi proferida.

E no seio de toda esta crise, dos ataques e contra-ataques, surge, como é normal e lógico o nome, do meu companheiro de página como alguém que pelos vistos não sendo frouxo poderia ser uma boa alternativa à situação existente que pelos vistos não agrada a muitos.

Que o Dr. Pedro Santana Lopes não é frouxo é para mim um dado adquirido, mas que também não é frouxo é também uma verdade. Pede que o deixem fora da quezília.

Diz que o tempo, a forma e conteúdo não

são adequados.

Mas também não deixa de dizer que o Dr. Luís Filipe Menezes disse muitas verdades e o que ele próprio Pedro Santana Lopes dirá o que tem a dizer, mas só depois das autárquicas. Percebe-se. Então podiam lá os lisboetas, aqueles que vão votar nas próximas Eleições Autárquicas, imaginar por um instante, que pode ser verdade, como dizem as más línguas, que esta candidatura não é mais do que um passo para aquilo que persegue há anos e estará escrito nas estrelas, ou seja, ser líder do PSD?

Podiam lá perceber e logo agora, que independentemente do resultado, que o salto para outra situação poderá ser imediato?

É pois esta a situação que se vive no PSD. Pelos vistos estão de acordo com diagnóstico e com a terapêutica.

Só ainda têm dúvidas quanto ao *timing*. Não está pois, a vida fácil para o Dr. Durão Barroso. Como alguém costuma dizer... é a vida.

EVOCAÇÃO

Mário Soares

NO CENTENÁRIO DE UM SAUDOSO AMIGO



Passou na quarta-feira, 18 deste mês de Abril, o centenário do nascimento de Bento de Jesus Caraça. A data foi assinalada, com grande dignidade, numa sessão solene organizada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - o antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, ao Quelhas, de que Caraça foi aluno, professor ilustre e depois demitido compulsivamente (em 1946) pelo árbitro de Salazar.

A sessão comemorativa, presidida pelo senhor Presidente da República, teve como oradores principais os professores José Barata Moura e José Tengarrinha. Além desta cerimónia, significativa e marcante, (a que infelizmente não pude assistir) estão previstas para o próximos meses vários actos comemorativos, em diferentes lugares do país: conferências, colóquios, exposições e ainda a publicação de uma importante biografia de Bento de Jesus Caraça de autoria da conhecida jornalista e conceituada professora dr^a. Helena Neves.

O jornal «Público» também dedicou três páginas à efeméride, intituladas «O homem das benditas ilusões», inserindo excelentes artigos de António Melo, Raquel Marques e Helena Neves e duas interessantes entrevistas: do prof. João Caraça (filho do homenageado) e do professor Emídio Guerreiro. O título «benditas ilusões» foi sugerido, seguramente, pelo texto de António Melo em que se citam umas frases muito significativas de Bento Caraça. Permito-me reproduzi-las: «As ilusões nunca são perdidas.

Elas significam o que há de melhor na vida dos homens e dos povos. Perdidos são os cépticos que escondem sob uma ironia fácil a sua impotência para compreender e agir». E ainda: «derrotas só existem aqueles que se aceitam». O que equivale ao «slogan» que tanto repetimos a seguir às eleições-farsa de 1969, quando a chamada «primavera caetanista» começou a cerrar-se num rigoroso inverno de perseguições: «só é vencido quem desiste de lutar!».

A Fundação Mário Soares quis associar-se, modestamente, a esta tão merecida como didáctica comemoração. É preciso não deixar esquecer, pela usura do tempo, nem a vida nem a obra das nossas grandes referências cívicas. Ora, para aqueles que lutaram contra a ditadura e assumiram responsabilidades após a liberdade trazida pela Revolução dos Cravos, a figura de Bento Caraça surge como uma referência incontornável. Resolveu, assim, a Fundação Mário Soares, no 100^o aniversário do nascimento de Bento de Jesus Caraça, abrir ao público, na Fundação, em suporte digital, todo o espólio científico, cultural, político e pessoal do ilustre professor, nela depositado pelo seu único filho, o prof. João Caraça. A par disso, em Novembro próximo, tenciona a Fundação Mário Soares realizar uma série de conferências sobre a vida, a obra e a personalidade de Bento Caraça, editar um CD-ROM e colocar na Internet diversos materiais relativos à sua acção, bem como realizar uma exposição fotográfica e iconográfica, incluindo a reprodução de interessantes fotografias da sua autoria. Far-se-á deste modo algo de comparável às iniciativas que acabaram de

ter lugar em homenagem a Manuel Mendes, grande amigo e compadre de Bento Caraça. A passagem deste aniversário fez-me recordar ao mesmo (já tão distantes, infelizmente) em que conheci e depois convivi, quase diariamente, com Bento de Jesus Caraça, até ao seu falecimento, em 25 de Junho de 1948. Não tinha ainda 21 anos - a maioria, nessa época - e estávamos a ponto de formar o que viria a ser um dos maiores movimentos de massas estudantis contra o Estado Novo. Estávamos no final da guerra, em Outubro de 1945, imediatamente a seguir à célebre reunião do Centro Republicano Almirante Reis, onde surgiu o depois chamado Movimento de Unidade Democrática (MUD). O ambiente era de festa e de esperança: todos estávamos convencidos de que Salazar cairia, arrastado pelos «ventos da democracia» que sopravam em todo o mundo, com o fim da guerra e a derrota do nazi-fascismo. Como poderia o ditador português subsistir?

Eu tinha sido encarregado por um grupo reduzido de colegas de várias faculdades da Universidade de Lisboa de redigir o manifesto-proclamação que daria lugar ao MUD Juvenil, com as grandes reivindicações estudantis da época. Por sugestão de um colega de Economia, Nôvoa, acetei ir à Rua Almeida e Sousa, onde ele morava, visitar o professor Caraça, para lhe dar a conhecer o referido manifesto. Nunca o tinha visto, senão de passagem, uma vez, na livraria Sá da Costa. Bento Jesus Caraça era então professor catedrático - e nesse tempo os professores tinham o hábito de marcar as suas distâncias em relação aos alunos. Imagine-se o efeito

que essa visita me produziu! Caraça era um homem extraordinário, parecendo muito mais velho do que na realidade era, com uma cabeça linda, aureolada de branco, uns olhos doces e perscrutadores - que pareciam trespassar-nos, ver e compreender tudo - e uma inteligência e uma bondade transparentes. Acolheu-me com uma simplicidade e uma gentileza que me cativaram, inesquecíveis. Encorajou-me, limitando-se a sugerir-me brevíssimas correcções do texto que lhe submeti. Saí de lá como seu admirador incondicional e discípulo, para toda a vida... Depois, convivi quase diariamente com Bento Caraça. O MUD reorganizou a sua Comissão Central e eu fui convidado a pertencer, como representante da juventude, à nova Comissão, presidida pelo prof. Mário de Azevedo Gomes, outro cidadão exemplar, e na qual tinham assento Bento de Jesus Caraça, Hélder Ribeiro, Manuel Mendes, Maria Isabel Aboim Inglês, Mayer Garção, Tito de Morais, Lobo Vilela e Luciano Serão de Moura. As condições políticas eram difíceis, a política política vigiava-nos de perto, algumas vezes fomos presos e processados, mas a coragem do grupo e a fraternidade que entre todos se estabeleceu era muito estimulante. Foi um convívio político de mais de três anos, para mim desvanecedor e inesquecível, de que, um dia, talvez tenha a oportunidade de falar, com mais vagar. Constituiu a minha primeira escola cívica. Os valores que então aprendi ainda hoje me guiam.

In «Expresso», 21/04/01

CONGRESSO

António Brotas



O RENOVAMENTO DO PS

Os renovamentos dos partidos têm pouco que ver com críticas acérrimas e veementes apelos à renovação, ou mesmo com livros de «propostas para o futuro», ou «profundas reflexões», mas têm muito que ver com o funcionamento dos seus mecanismos internos na sequência dos Congressos e com as perspectivas de actuação abertas aos seus militantes nos períodos a seguir. Um verdadeiro renovamento do PS pode começar neste próximo Congresso, mas ele tem de ser, a meu ver, feito de um modo faseado e exige, ao contrário do que muitos pensam, alguma estabilidade.

A Comissão Nacional do PS tem sido, desde há vários anos, eleita por lista única. É provável, embora não certo, que neste XII Congresso volte a ser eleita do mesmo modo. Não ficarei particularmente preocupado se tal se verificar, mas considerarei muito grave para o PS se no XIII Congresso a seguir, que normalmente se reunirá antes das eleições legislativas, a Comissão Nacional voltar a ser eleita por lista única. Por estranho que possa parecer, penso que, para o evitar, é conveniente que Regulamento do XIII Congresso seja semelhante ao deste XII. Nesta questão precisa, o renovamento do PS passa, assim, a meu ver, provisoriamente, pela estabilidade. Lembro que o Regulamento deste XII Congresso não foi imediatamente aprovado por consenso. Houve quem defendesse que as moções globais deviam estar associadas a uma candidatura a secretário-geral. Outros, defenderam que deviam ser apresentadas em conjunto com listas de candidatos à Comissão Nacional. Estas propostas, bloqueadoras e estiolantes para o PS, foram rejeitadas. A fórmula adoptada permitiu o aparecimento de duas moções que, embora não tenham conseguido 50 delegados, foram reconhecidas por todos (os que as conhecem) com enriquecedoras para o partido. Num próximo Congresso, com mais tempo, moções deste tipo, elaboradas a partir de bases mais largas podem permitir, na generalidade das secções, a eleição de delegados de diferentes correntes que poderão, depois, organizar listas para a Comissão Nacional. É este o processo normal num partido democrático.

A manutenção no próximo Congresso Nacional do modelo actual, sendo a meu ver conveniente não é, obviamente, a chave do renovamento do PS. É essencial que algo se passe antes. É necessário alterar as disposições estatutárias relativas aos Congressos das Federações, que se deverão realizar dentro de pouco mais de um ano, e têm, actualmente, um modelo semelhante ao do Congresso Nacional. Como resultado, a maioria das Federações do PS são hoje estruturas quase inamovíveis onde as correntes novas (e algumas das mais antigas) têm uma quase impossibilidade de se fazer representar. É



a este nível que é urgente promover uma alteração estatutária. A próxima Comissão Nacional, que terá poderes de revisão estatutária, dará um passo fundamental para o renovamento do PS se tiver altura e for capaz de promover uma revisão dos Estatutos que permita às Comissões Políticas Federativas, saídas das próximas eleições, serem órgãos verdadeiramente abertos às correntes nascentes do PS. A revisão estatutária para os órgãos nacionais pode ficar para depois, para o XIII Congresso Nacional que, quando se reunir, poderá beneficiar com experiência dos anteriores Congressos das Federações. Transcrevemos a seguir, resumidamente, uma proposta de revisão dos Estatutos do PS na parte que diz respeito à eleição dos Órgãos federativos (distritais). Permitimo-nos apresentá-la em jornais destinados ao grande público porque o problema não diz respeito só ao PS. Todos os partidos políticos portugueses (existentes ou a criar) necessitam de se reinventar por dentro para corresponder às necessidades do país e do mundo moderno. O texto que se segue poderá servir ao PS, ou eventualmente a outros. No fundo, continuo persuadido que o PS é o partido português mais capaz de se renovar. Talvez acerte, talvez me engane.

Proposta Sobre A Eleição dos Órgãos Federativos (Distritais)

Os principais órgãos federativos dos

partidos políticos são o presidente da Federação, a Comissão Política Federativa e o Secretariado. Actualmente, no PS, o presidente é eleito directamente por todos os militantes da Federação. A Comissão Política e o Secretariado são eleitos nos Congressos onde votam não unicamente os delegados eleitos pelas Secções, mas também muitos delegados por inerência, entre eles todos os elementos da anterior Comissão Política. Propõe-se que:

1-Metade dos membros das Comissões Políticas das Federações sejam eleitos directamente por todos os seus militantes da Federação em eleições em que os candidatos sejam apresentados em listas completas necessariamente acompanhadas de um programa. Os membros da Comissão Política eleitos por esta via são, também, automaticamente, eleitos para o Congresso.

2-As eleições referidas no número anterior são feitas no mesmo dia da eleição dos delegados ao Congresso das Secções.

3-Os únicos delegados aos Congressos das Federações com direito de voto são os eleitos pelas vias indicadas nos pontos 1 e 2. Não haverá delegados por inerência com direito de voto, podendo, no entanto, haver vários delegados por inerência sem direito de voto.

4-O Congresso elege o presidente da Federação, e a metade ainda não eleita dos membros da Comissão Política da

Federação. Os candidatos a Presidente são os primeiros elementos das listas referidas no ponto 1. Os membros da Comissão Política já eleitos não participam na eleição dos restantes membros desta Comissão.

5- O Secretariado da Federação é eleito pela Comissão Política por proposta do Presidente da Federação.

Justificação

Esta proposta concilia as vantagens da eleição directa por lista com a existência de Congressos.

Todos os delegados ao Congresso com direito de voto são eleitos, seja directamente por lista, seja nas Secções onde é eleita a grande maioria dos delegados.

Acabam os delegados por inerência com direito de voto.

O presidente da Federação é eleito no Congresso sendo obrigado a subscrever um programa e a apresentar-se, previamente, como primeiro elemento de uma lista, numa eleição directa em que votam em conjunto todos os militantes da Federação. Nesta eleição directa pode assegurar a eleição para o Congresso dos seus mais directos colaboradores.

As correntes minoritárias podem expor as suas opiniões num programa, participar numa campanha à escala da Federação, e ganhar directamente alguma presença na Comissão Política da Federação.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Albufeira

Um encontro de bandas do concelho (Tork, Corebunker, Mortuallium e O Meu Tio Bill) acontecerá hoje, às 21 e 30, no parque de estacionamento frente à câmara.

Se quiser partir «À Descoberta de Paderne» poderá juntar-se ao *pedy paper* programado para o dia 5, às 9 e 15, no mesmo local.

Ainda no parque de estacionamento do município poderá assistir, sábado, pelas 22 horas, a um concerto dos Blasted Mechanism.

Recital em Amarante

A sala de espectáculos do antigo Cine-Teatro será palco, no próximo dia 5, sábado, às 21 e 30, de um recital de piano a quatro mãos, com Pedro Burmester e Alexei Eremin.

Pintura em Coimbra

Hoje, pelas 18 e 30, assista, na Casa Municipal da Cultura, à sessão inaugural da mostra «Mesas da Cultura», do pintor João Dixo. A exposição poderá ser visitada até ao dia 27.

Cantares minhotos em Fafe

A autarquia fafense promove um espectáculo de música tradicional minhota, no estúdio Fénix, amanhã, a partir das 21 e 30, com entrada livre. No evento participarão os grupos Mulheres do Minho e Caminhos da Romaria.

Tertúlia em Faro

No âmbito do espaço cultural «Música de Intervenção e Tertúlia», realiza-se hoje o evento «Ser cantiga é uma arma?... No

tempo?...», com Afonso Dias, Zé Maria, Germano, Zé Pinho, Manuel Teixeira, na Sociedade Recreativa Artística Farense, às 21 e 30.

Comédias em Guimarães

Hoje, o Cinema São Mamede exhibe a fita «Resistir-lhe é Impossível», e a partir de amanhã (até 10 de Maio) projectará «A Mexicana».

Aderindo à onda humorística, a obra do realizador Joel Cohen – «Irmão, onde estás?» – poderá ser vista no auditório da Universidade do Minho, hoje, às 21

O Teatro Oficina leva à cena «Auto da Índia», de Gil Vicente, este sábado, dia 5, pelas 21 e 30, no Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande.

As pinturas de Eva Silva estão em exibição, até ao dia 15, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago.

Ópera em Lisboa

O Coliseu dos Recreios recebe, hoje e amanhã, o violinista André Rieu, num espectáculo musical que promete ser memorável.

Amanhã e no domingo, dia 6, o Teatro Nacional São Carlos estreia, a nível nacional, a ópera «A Raposinha Matreira», de Leos Janáček, um espectáculo a cargo do Teatro de Praga.

Show no Montijo

Este fim-de-semana (dias 5 e 6) o Clube Imperial Montijense realiza a quarta edição do «Explotuning Show», no Parque de Exposições.

Música em Paredes de Coura

Amanhã o Centro Cultural acolhe o Festival das Regiões de Raízes Ibéricas»,

com actuações de Marcos Magalhães (cravo) e do maestro José Atalaya marcadas para as 15 e as 22 horas.

«Betty», de Neil Labute, é o filme que poderá ver durante o fim-de-semana (sábado, dia 5 às 22 horas e domingo, dia 6, às 15 e 22 horas), no Centro Cultural.

O domingo, dia 6, será «gastronómico» e com muita animação no Largo do Visconde de Moselos, a cargo do Rancho Folclórico do Alto Cora.

Imagens em Portimão

A mostra «100 Imagens, 100 Legendas» será inaugurada, hoje, às 21 horas, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal, mantendo-se aberta ao público até ao dia 31.

Marionetas no Porto

A partir de amanhã, a Cooperativa Árvore dá a conhecer as suas actividades culturais na exposição e fotobiografia «A Árvore das Virtudes».

O grupo de percussão Drumming actuará, este sábado, no Teatro Helena Sá e Costa.

O Teatro Rivoli acolhe nos dias 5 e 6 a estreia mundial do espectáculo de marionetas «Rolando & Cle», de Massimo Schuster e Francesco Niccolini, uma homenagem à forma siciliana de contar histórias, em que o actor-manipulador dá voz aos personagens e às narrações.

Até ao dia 30, o Teatro do Campo Alegre recebe o ciclo «O Sangue entre o Sonho e o Medo», que inclui o lançamento de uma antologia poética, um ciclo de cinema, uma exposição de artes plásticas e oito conferências.

Festival em Santarém

O Festival Internacional de Música prossegue amanhã, às 21 e 45, no Instituto Português da Juventude, como o recital a dois pianos de António Rosado e Artur Pizarro.

No sábado, à mesma hora, mas na Igreja da Marvila, terá oportunidade de ouvir e apreciar The Amsterdam Chambermusic Ensemble.

A Igreja da Misericórdia será palco, no dia 8, às 21 e 45, do recital de flauta e guitarra a cargo de Vicki Tofts e João Loureiro, respectivamente.

A vez do Trio Tonus chegará na próxima quarta-feira, dia 9, no mesmo horário, na Capela de Nossa Senhora do Monte.

Teatro em Sintra

«Olá Fernando», um drama assinado por Jaime Salazar Sampaio, será representado, amanhã, às 22 horas, pelo agrupamento teatral Absurdo, na sala do Teatro da Escola Secundária de Mem-Martins.

SUGESTÃO

HISTÓRIAS 100 TEMPO

Assumindo o repto de contar uma história numa linguagem expressiva, verbal, gestual e sonora que seja acessível em qualquer recanto do globo terrestre e para todas as idades, quatro actores do Teatro Meridional encarnam igual número de pontos cardeais e brincam com a seriedade das emoções, desvelando segredos que se escondem entre o choro e o riso, numa descoberta sempre renovada do mundo.

Em «Histórias 100 Tempo» Miguel Seabra e Natália Luíza (criadores) procuram desenvolver características que, de algum modo, se aproximem do conceito universal de comunicação.

Para uns um empreendimento megalómano, para outros uma experiência valiosa, a peça levada à cena no pequeno auditório do Centro Cultural de Belém, pelo Teatro Meridional, a partir de quarta-feira, dia 9, e até 14 de Maio, promete dar que falar.

Para ter algo que dizer bastará aparecer no CCB no horário indicado (dias 9, 10 11 e 14 às 11 horas e dias 12 e 13 pelas 11 e 30 ou 15 e 30) assistir a «Histórias 100 Tempo».

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Demora-te
nesta minha sombra enlaçada
com a tua.
Demora-te
nesta demora de olhos.
Demora-te
de instantes onde o tempo
começa

e vem de novo
pousar horas clandestinas
do tempo dos deuses
em tardes escassas
para tanta alma
tantos laços
beijos...
silêncios!

Alda Cravo-Saúde

In «Estava Branca a Esteva»,
Universitária Editora., 1991

FESTIVAL JAZZ LATINO TEATRO TIVOLI

Dia 3
Francesca Ancarola (Chile)
21h00
Carlos Barreto Trio (Portugal)
23h00

Dia 4
António Arnedo (Colômbia)
21h00
Geraldo Rosales Venezuelan Jazz Sextet
23h00

Dia 5
Gato Barbieri (Argentina)
21h30

Dia 6
Cinema: «Calle 54» de Fernando Trueba
19h00

LIBERDADE RELIGIOSA Manuel Alegre



O ESTADO, O PS E A IGREJA

Não sou jacobino, nem fui eu quem tomou a iniciativa de suscitar a questão da liberdade religiosa. Também não sou adepto de soluções radicais nem desejo reeditar guerras arcaicas. Mas não pretendo ver renascer arcaísmos de sinal contrário. Como afirma o professor Antunes Varela, citado por José Vera Jardim no Preâmbulo do Projecto de Lei de Liberdade Religiosa, «a Concordata é um instrumento jurídico-político que necessita de urgente revisão por assentar em pressupostos históricos ultrapassados pelas circunstâncias», razão pela qual, antes de legislar, «o primeiro passo deveria consistir nessa revisão». Por esse mesmo motivo, em 1970, Francisco Sá Carneiro perguntava ao Governo que diligências tinham sido efectuadas no sentido de se iniciarem negociações com a Santa Sé com vista à revisão da Concordata. E o Bispo do Porto, no seu exílio, chamou à Concordata de então uma Concordata clerical e ao regime salazarista uma ditadura católica. Não me parece que qualquer dos portugueses atrás citados possa ser considerado jacobino. A Itália e a Espanha seguiram caminho inverso ao nosso: fizeram primeiro a revisão e substituíram as respectivas Concordatas por acordos com a Igreja Católica. Ora, o quadro legislativo que regula em Portugal as relações entre o Estado e as igrejas, designadamente a Igreja Católica, está claramente desactualizado e em contradição

não só com a Constituição como com os princípios orientadores de uma sociedade livre, democrática e pluralista. Por isso, uma nova legislação sobre a matéria não podia deixar de passar por uma revisão da Concordata. Só assim seria possível adaptar a nova legislação aos preceitos constitucionais - sem, pelo menos, os pôr ostensivamente em causa, mesmo interpretando-os à luz das necessidades de estabilidade nas relações entre o Estado e a Igreja Católica. Ninguém pretende ressuscitar velhas querelas. Nem se confunde laicidade do Estado com laicidade da sociedade. Não se ignora o papel das religiões, nomeadamente o da Igreja Católica. Neutralidade e equidade do Estado não significam indiferença perante a esfera do sagrado na vida da sociedade e das pessoas. Mas essa atenção do Estado não deve ser confundida com qualquer tendência para a sua confessionalidade ou para a sua instrumentalização por uma ou várias confissões. A laicidade do Estado é condição da liberdade religiosa e de todas as outras liberdades. A Concordata é um tratado. A sua validade é supra-legislativa e infra-constitucional. Está abaixo da Constituição, mas acima da Lei. O que significa que, sem revisão, a futura Lei não se aplicará à matéria constante da Concordata. Por isso, em devido tempo, propus a revisão prévia da Concordata. E afirmei que, em nenhum caso, deveria fazer-se uma votação final global da Lei antes de

concluídas as negociações com a Santa Sé. A disponibilidade manifestada então pelo Episcopado português criou condições para que tal fosse possível sem dramatismos nem crispções desnecessárias. Outra qualquer solução enfraqueceria, em meu entender, a posição do Estado democrático e a sua natureza laica e tolerante. Estas foram as opiniões que exprimi em reunião do Grupo Parlamentar do PS, em 3/2/00 e em carta ao primeiro-ministro, de 10/2/00, que terminava assim: «Ao fazer desta estou convencido que se trata de uma batalha perdida. O laicismo liberal, fonte de liberdade e tolerância política e religiosa, vai ser enterrado pelo partido que deveria ser o seu principal defensor». Finalmente: com o PS republicano e laico dirigido por Mário Soares, nunca houve atritos com a Igreja Católica. Foram os socialistas republicanos e laicos, liderados por Edmundo Pedro, que defenderam a sede do Patriarcado quando esta foi atacada no verão de 75. Foi o I Governo socialista que indemnizou, por meu intermédio, a Rádio Renascença. E subsidiou, então, a Universidade Católica. O pior erro que o PS poderia cometer seria o de inventar um conflito com a Igreja Católica. Porquê agora? O excesso de zelo acaba por pôr em causa a autonomia política do Estado, a estabilidade de relações entre o Estado e a Igreja e a própria natureza do Partido Socialista.

In-«Expresso», 21/04/01

«O pior que poderia acontecer seria um congresso de ritual, de crítica autofágica, ou de lamúria autojustificativa»

Ferro Rodrigues
Visão, 26 de Abril

«Eleições antecipadas são o melhor dos males»

Idem, ibidem

«Cada um dos meus livros é um exercício de memória»

Isabel Allende
Diário de Notícias, 27 de Abril

«Só escrevo sobre o que me toca»

Idem, ibidem

«Uso o meu apelido com orgulho, com um sentimento de responsabilidade histórica»

Idem, ibidem

Pinochet nunca será preso e nunca o irmão julgar. Mas isso não importa, porque o que importa é que ele é réu. Há 200 casos em tribunal contra Pinochet, a figura dele caiu, e o Chile começou a respirar um novo ar»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

